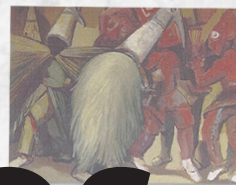


CONGRESSO INTERNACIONAL
DE HISTÓRIA



VI ENCONTRO

DO GRUPO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES
LATINO-AMERICANISTAS E EUROPEUS (AHILA):
"TRABALHO INTELECTUAL, PENSAMENTO E MODERNIDADE
NA AMÉRICA LATINA, SÉCULOS XIX E XX"

Cadernos de

CULTURA E HISTÓRIA NA CRIAÇÃO INTELECTUAL
NA EUROPA E NA AMÉRICA LATINA,
SÉCULOS XIX E XX

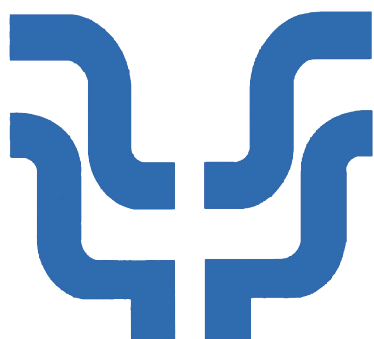
De 16 a 18
maio de 2018

Universidade
de São Paulo
Brasil

Apoio:



Asociación de Historiadores
Latinoamericanistas Europeos
Associação de Historiadores
Latinoamericanistas Europeus



VI Encontro do Grupo de Trabalho da Associação de Historiadores Latino-Americanistas e Europeus (AHILA)

Trabalho Intelectual, Pensamento e Modernidade na América Latina, séculos XIX e XX

São Paulo - 16 a 18 de maio de 2018 * ISBN 978-85-86736-85-8

REALIZAÇÃO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IPUSP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA – PROLAM/USP

GRUPO DE TRABALHO “Trabalho Intelectual, Pensamento e Modernidade na América Latina, Séculos XIX e XX” DA ASSOCIAÇÃO DE HISTORIADORES LATINOAMERICANISTAS E EUROPEUS - AHILA.

APOIOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin USP

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO – FAPESP

UNIVERSIDADE VERACRUZANA MÉXICO

DIAGRAMAÇÃO E EDIÇÃO: Gerson Mercês e Felipe Oliveira

Autorizamos a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Encontro do Grupo de Trabalho da Associação de Historiadores Latino- Americanistas e Europeus - AHILA (6. : 2018 : São Paulo, SP)

Cadernos de resumos do VI Encontro do Grupo de Trabalho da Associação de Historiadores Latino- Americanistas e Europeus (AHILA) / organizado por Marilene Proença Rebello de Souza e Alayde Maria Pinto Digiovanni, São Paulo, SP : Instituto de Psicologia/USP, 2018.

82 p.

ISBN: 978-85-86736-85-8

1. História 2. América Latina 3. Europa I. Seminário de Cultura e Extensão do IP/ USP II. Título

D204

Comitê Acadêmico

Dr. Hugo Cancino Troncoso (Universidade de Aalborg - Dinamarca), Dr. Rogelio de la Mora V. (Universidade Veracruzana - México), Dra. Liudmila Okuneva (Universidade de Relações Internacionais - Rússia), Dr. Silvano Benito Moya (Universidade Nacional de Córdoba - Universidade Católica de Córdoba - Argentina), Dr. Arauco Chihuilaf (Universidade Paris VIII - França), Dra. Silvia Mallo (Universidade Nacional de La Plata - Argentina), Dr. Fernando Remedi (Universidade Nacional de Córdoba - Universidade Católica de Córdoba - Argentina), Dra. Maria Leticia Corrêa (Universidade do Estado de Rio de Janeiro - Brasil), Dra. Elissa Rashkin (Universidade Veracruzana - México), Rocío Rosero Jácome (Academia Nacional de História do Equador), Belén Portelli (Centro de Estudos Históricos "Prof. Carlos S.A. Segretti" / Universidade Nacional de Córdoba - Argentina), Cristina Retta (Instituto Cervantes, Berlim).

Comitê Executivo

Dra. Marilene Proença Rebello de Souza (Universidade de São Paulo - Brasil), Dra. Alayde Maria Pinto Digiovanni (Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - Brasil), Dr. Amaury Patrick Gremaud (Universidade de São Paulo - Brasil), Dra. Jaqueline Kalmus (Universidade Federal de São Paulo - Brasil), Dr. Júlio Suzuki (Universidade de São Paulo - Brasil), Dra. Lisbeth Rebollo (Universidade de São Paulo - Brasil), Dr. Marcio Bobik Braga (Universidade de São Paulo - Brasil), Dra. Maria Cristina Cacciamali (Universidade de São Paulo - Brasil), Dra. Vivian Urquidi (Universidade de São Paulo - Brasil), Dra. Yara Felicidade Souza Reis (Universidade Paulista, Universidade de Mogi das Cruzes - Brasil). Doutorandos: Felipe Oliveira, Gisele Cardoso Costa, Liana Milanez (Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina - Universidade de São Paulo - Brasil), Mestranda: Lucy Duró (Universidade de São Paulo - Brasil), Ms. Maria Fernanda Galindo (Universidade Veracruzana - México).

APRESENTAÇÃO

O VI Encontro do Grupo de Trabalho da Associação de Historiadores Latino- Americanistas e Europeus (AHILA) “Trabalho Intelectual, Pensamento e Modernidade na América Latina, séculos XIX e XX”: Cultura e História na Criação Intelectual na Europa e na América Latina, Séculos XIX e XX realizou-se de 16 a 18 de maio de 2018, em São Paulo – Brasil, na Universidade de São Paulo, por intermédio do Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina – PROLAM - USP, do Instituto de Psicologia e do GT da AHILA: “Trabalho Intelectual, Pensamento e Modernidade na América Latina, Séculos XIX e XX, com uma série de atividades acadêmico-científicas e culturais.

O VI Encontro do Grupo de Trabalho da Associação de Historiadores Latino- Americanistas e Europeus (AHILA) teve como objetivos estabelecer um foro de intercâmbio e debate acadêmico, centrado nas convergências e nas divergências de ordem intelectual e cultural entre América Latina e Europa, desde o início do século XIX até fins do século XX. O evento propôs: enfatizar a cultura e a história na criação intelectual na Europa e na América Latina e suas inter-relações; articular pesquisadores que estudam a temática, analisando e discutindo, a partir das perspectivas intelectual e cultural, os novos paradigmas que afetam a história; refletir sobre semelhanças e divergências teórico-metodológicas e conceituais entre os aportes dos investigadores provenientes de diferentes campos e de diferentes espaços; garantir a continuidade e o processo de consolidação do grupo de trabalho; propor intercâmbios acadêmicos e a realização de projetos em comum, a médio e longo prazo e publicar pesquisas apresentadas no encontro pelos participantes.

Caracterizou-se como um evento internacional que reuniu pesquisadores de diversos países e estados brasileiros, a saber: Alemanha, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Dinamarca, Equador, França, México e Portugal, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Tais pesquisadores são oriundos das seguintes universidades:

Academia Nacional de História – Equador
Centros de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti” CONICET – Argentina
Colégio de Michacán – México
Ecole de Hautes Études en Sciences Sociales – França
Escuela Superior Politécnica del Litoral – Equador
Instituto Cervantes de Berlim – Alemanha
Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho – Argentina
Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora – México
Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Brasil
Pontifícia Universidad Católica Argentina – Argentina
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Brasil
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Brasil
Universidad Andrés Bello – Chile
Universidad Autonoma de Córdoba – Argentina
Universidad Autonoma do México – México
Universidad Católica de Córdoba – Argentina

Universidad Católica de la Santísima Concepción – Chile

Universidad de Buenos Aires – Argentina

Universidad de Cartagena – Colômbia

Universidad de Chile – Chile

Universidad de Especialidades Turísticas – Ecuador

Universidad de los Andes – Chile

Universidad de Playa Ancha – Chile

Universidad Iberoamericana – México

Universidad Industrial de Santander – Colômbia

Universidad Internacional do Ecuador – Equador

Universidad Tres de Febrero – Argentina

Universidad Veracruzana – México

Universidade Católica de Santos - Brasil

Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Brasil

Universidade de Aalborg – Dinamarca

Universidade de Brasília - Brasil

Universidade de Colima – México

Universidade de Mogi das Cruzes - Brasil

Universidade de São Paulo - Brasil

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

Universidade dos Açores – Portugal

Universidade Estadual de Campinas - Brasil

Universidade Estadual de Goiás - Brasil

Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - Brasil

Universidade Estadual do Rio de Janeiro - Brasil

Universidade Estadual Paulista - Brasil

Universidade Federal da Fronteira Sul - Brasil

Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil

Universidade Federal de Santa Maria - Brasil

Universidade Federal de Sergipe - Brasil

Universidade Federal do Rio de Janeiro - Brasil

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Brasil

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Brasil

Universidade Federal do Tocantins - Brasil

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Brasil

Universidade Nova de Lisboa – Portugal

Universidade Paulista - Brasil

Universidade Salgado de Oliveira – Brasil

Foram apresentados oitenta e três trabalhos de pesquisa em vinte e cinco mesas temáticas distribuídas pelos seguintes eixos:

1. História Intelectual e História do pensamento econômico, político e social na América Latina
2. Vozes femininas nas lutas sociais e políticas.
3. Atores, imprensa e editoriais na criação cultural.
4. Pensamento pedagógico: projetos e práticas.
5. Discursos e instituições religiosas na época das ditaduras.
6. A América Latina e as relações econômicas e financeiras internacionais.
7. A crise econômica mundial e suas consequências para a América Latina.
8. Políticas sociais na América Latina.
9. Comemorações, modernidade e processos de modernização.
11. Literatura e pensamento político.
12. Pensamento econômico.

PROGRAMAÇÃO

Dia 16 de maio

Local: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin / USP

Auditório István Jancsó

MANHÃ

9h00 às 10h00 – Credenciamento no Hall do Auditório István Jancsó

9h30 às 10h00 – Atividade Cultural

10h00 às 10h30 - Mesa de abertura

10h30 às 12h00 - Conferência de abertura

Conferencista: Prof. Emérito Hugo Cancino Troncoso, Aalborg University, Dinamarca

Título da Conferência: Los retos y Desafíos del Siglo XXI a luz de la História

Coordenação: Profa. Dra. Marilene Proença, Instituto de Psicologia e Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, PROLAM, Universidade de São Paulo, Brasil, Universidade de São Paulo, Brasil.

VI Encontro do Grupo de Trabalho da Associação de Historiadores Latino-Americanistas e Europeus (AHILA)

Trabalho Intelectual, Pensamento e Modernidade na América Latina, séculos XIX e XX

São Paulo - 16 a 18 de maio de 2018 * ISBN 978-85-86736-85-8

12h00 às 12h30 - Abertura da exposição fotográfica: Povos da Floresta e seu Habitat

Local: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin / USP, Sala BNDES

Apresentação: Prof. Dr. Marcelo Vergotti, Vice-Reitor da Universidade Federal de Rondônia.

Curadora: Profa. Dra. Maria Berenice Alho da Costa Tourinho, Universidade Federal de Rondônia, Brasil.

Fotografias: Prof. Dr. Mario Roberto Venere, Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Dia 16 de maio

Local: Instituto de Psicologia da USP

TARDE

14h30 às 16h Apresentação e Discussão de Trabalhos

16h às 16h30 Intervalo

Local: Biblioteca Dante Moreira Leite do IPUSP/ Sala Lígia Amaral

16h30 às 18h Apresentação e Discussão de Trabalhos

18h às 19h00 – Atividade Cultural

Local: Biblioteca Dante Moreira Leite do IPUSP / Sala Lígia Amaral

Sarau Patria cautiva: poemas de la dictadura chilena

Prof. Dr. Horácio Gutiérrez, FFLCH-USP

Dia 17 de maio

Local: Instituto de Psicologia USP

Períodos: MANHÃ E TARDE

9h00 às 10h30 - Apresentação e Discussão de Trabalhos

10h30 às 11h00 - Intervalo

Local: Biblioteca Dante Moreira Leite do IPUSP / Sala Lígia Amaral

VI Encontro do Grupo de Trabalho da Associação de Historiadores Latino-Americanistas e Europeus (AHILA)

Trabalho Intelectual, Pensamento e Modernidade na América Latina, séculos XIX e XX

São Paulo - 16 a 18 de maio de 2018 * ISBN 978-85-86736-85-8

11h00 às 12h30 - Apresentação e Discussão de Trabalhos

14h30 às 16h - Apresentação e Discussão de Trabalhos

16h às 16h30 - Intervalo

Local: Biblioteca Dante Moreira Leite do IPUSP/ Sala Lúcia Amaral

16h30 às 18h - Apresentação e Discussão de Trabalhos

18h00 – Atividade Cultural

Local: Vão Livre do Instituto de Psicologia

Bateria Histeria IPUSP – estudantes de Graduação do Instituto de Psicologia

Dia 18 de maio

Local: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin / USP

Auditório István Jancsó

Períodos: MANHÃ e TARDE

9h às 12h - Mesa Redonda: História de América Latina como Resistência

Convidada(o)s: Profa. Dra. Nilma Nilo Gomes, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Manoel Malheiros Tourinho, Associação de Universidades Amazônicas, Brasil

Coordenação: Profa. Dra. Vivian Urquidí, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, PROLAM, Universidade de São Paulo, Brasil.

14h às 15h – Lançamento de livros

Coordenação: Prof. Dr. Julio Suzuki, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, PROLAM, Universidade de São Paulo, Brasil.

O MUNDO INDÍGENA NA AMÉRICA LATINA: Olhares e Perspectivas

Org. DAMIANI, Gerson; PEREIRA, Wagner Pinheiro; NOCETTI, María Antonieta Gallart

Coord. PAREDES, Beatriz. Editora Edusp, 2018 – Apresentação realizada por Rita de Cássia Marques Lima de Castro.

TEORIA E DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA: Análise Crítica na perspectiva da revolução permanente. Luiz Fernando da Silva e Gisele Cardoso Costa. Editora Sundermann, 2018 – Apresentação realizada por Luiz Fernando da Silva e Gisele Cardoso Costa.

RETAZOS QUEBRADOS DE LA VIDA. Rómulo Pardo Urias. Chiado Editorial, 2018 – Apresentação realizada por Rómulo Pardo Urias

15h às 16h - Conferência de Encerramento

Conferencista: Prof. Dr. Horácio Gutiérrez, Universidade de São Paulo, Brasil.

Título: Mestiçagens latino-americanas: usos e sentidos.

Coordenação: Profa. Dra. Maria Cristina Cacciamali, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, PROLAM, Universidade de São Paulo, Brasil

16h às 16h30 - Entrega do Prêmio Internacional de História Intelectual da América Latina 3a. Edição

Coordenação: Profa. Dra. Rocío Rosero Jacome, Academia Nacional de Historia del Ecuador, Equador

16h30 às 17h – Homenagem ao prof. Theotônio dos Santos

Coordenação: Doutoranda Gisele Cardoso Costa, Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina, PROLAM, Universidade de São Paulo, Brasil.

17h – Mesa de encerramento

Este “Caderno de Resumos” apresenta o conjunto das pesquisas finalizadas e em andamento expostas neste VI Encontro do Grupo de Trabalho da Associação de Historiadores Latino- Americanistas e Europeus (AHILA) “Trabalho Intelectual, Pensamento e Modernidade na América Latina, séculos XIX e XX”: Cultura e História na Criação Intelectual na Europa e na América Latina, Séculos XIX e XX. Os nossos mais sinceros agradecimentos a todos que viabilizaram este importante intercâmbio entre pesquisadores e estudantes.

RESUMOS

**Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar:
a dominação sob a égide da colaboração**

Alayde Maria Pinto Digiovanni

Esta pesquisa discorre sobre o acordo de cooperação técnica assinado entre o Brasil e os Estados Unidos, em junho de 1956, o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAAE), que tinha como objetivo a melhoria do Ensino Fundamental que à época chamava-se de Ensino Elementar. Embora o projeto tenha se desenvolvido em Minas Gerais quem representava o Brasil no acordo era o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), presidido por Anísio Teixeira e subordinado ao Ministério Educação, o governo do estado de Minas Gerais figurava no convênio somente como o local de execução do projeto-piloto. O programa teve duas fases. A primeira fase foi gerida pela *Internacional Cooperation Administration* (ICA), e foi chamada de Ponto IV. Tinha como pano de fundo a política adotada por Truman então presidente dos Estados Unidos, que era impedir a expansão soviética, a ação de cooperação era considerada uma ação de segurança nacional. A segunda fase foi coordenada pela USAID e baseou-se na Aliança para o Progresso assinada em *Punta del Este* proposta por Kennedy em agosto de 1961. Tais programas foram responsáveis direta e indiretamente pela organização educacional no período da Ditadura Civil-Militar ocorrida no Brasil (1964-1985), e se materializa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que vigorará até 1996. Os projetos de cooperação internacional envolviam a disseminação de um determinado posicionamento ideológico articulando teorias de educação e psicologia, foram implementados através das mais variadas estratégias: capacitação de professoras, reformas educacionais, produção de livros didáticos entre outros. Houve resistência ao programa desde seu início, proveniente de setores progressistas da sociedade, bem como dos educadores católicos e dos nacionalistas de setores conservadores, no entanto, em função de estratégias de convencimento utilizando as mídias impressas e audiovisuais, a supremacia do pensamento imposto pelos acordos de cooperação técnica prevaleceu. Pretende-se reconstituir sob análise crítica este período, analisando os projetos desenvolvidos e a articulação entre a pedagogia e a psicologia, destacando os efeitos destes projetos e programas na educação brasileira.

**La construcción de un latinoamericanismo:
Elementos esotéricos en el pensamiento de José Vasconcelos**

Alejandra G. Galicia Martínez

América Latina, al igual que el resto del mundo occidental, se vio trastocada por los cambios que cerraban el siglo XIX e inauguraban el siglo XX. Para algunas generaciones de latinoamericanos confrontaciones como la Guerra de 1898 entre España y Estados Unidos; la Revolución Mexicana; la primera Guerra Mundial; la Revolución Rusa y las distintas formas en que Estados Unidos invadió la Cuenca del Caribe significaron momentos de desgarramiento existencial e intelectual, pues buena parte de las referencias que habían forjado su mundo se desquebrajaban para dar paso a una incertidumbre que permitía la intervención de distintos sujetos en la modificación de su realidad. Frente a este contexto se experimentó un rechazo al positivismo, al catolicismo y al cientificismo que permitió, la emergencia en la escena pública del esoterismo-. Teosofía, Espiritismo y Rosacruces- como referente de aprehensión de nuevos conocimientos de la realidad y la elaboración de proyectos sociales. El esoterismo tuvo dos funciones en América Latina, por un lado buscó el cuestionamiento, la ruptura y la desestabilización de las sociedades decimonónicas, y por el otro, configuró nuevas propuestas de reorganización social. El primer caso se expresó en los movimientos de vanguardia artística que intentaban resolver el conflicto entre experiencia y percepción. En el segundo caso se retomaron postulados en términos colectivos para justificar todo tipo de unificación política. Durante los acontecimientos que conmocionaban a América Latina en las primeras décadas del siglo XX surgió un grupo de intelectuales muy influyentes que se adscribieron de diferentes formas al esoterismo, teorizaron la realidad del continente, radicalizaron sus posturas políticas y construyeron instituciones, al mismo tiempo que configuraron vínculos que les permitieron accionar a nivel continental. Uno de los ejemplos más claros es el del mexicano José Vasconcelos. La ponencia tiene el objetivo de ubicar la participación de José Vasconcelos dentro del movimiento armado de 1910 y analizar los elementos esotéricos en su producción intelectual, específicamente en dos de sus obras representativas: *Estudios Indostánicos* (1919-1921) y *La Raza Cósmica* (1925). A partir de desarrollar los postulados más relevantes, se recalcará su puesta en práctica y los distintos niveles que operaron para la edificación de instituciones en México, así como su trascendencia en América Latina. Desde este horizonte se mostrarán como se configuró una idea de la *Revolución Mexicana*, de la que Vasconcelos fue artífice, y los vínculos que estableció en el continente- específicamente en Centroamérica, Argentina, Perú y Chile- para elaborar una idea de América Latina fundamentada en la raza, el telurismo, la sangre y la oposición con Estados Unidos, elementos aún vigentes en el pensamiento latinoamericano.

**FEMINIZACIÓN Y PROFESIONALIZACIÓN DEL
MAGISTERIO EN LA CIUDAD DE SAN LUIS POTOSÍ (1880-1910)**

Mtro. Alejandro Landeros Rocha

La feminización del magisterio supone una razón para el estudio de la formación de las mujeres y su acceso a la educación superior. A pesar de la llegada tardía de las Escuelas Normales para profesoras en el contexto mexicano, estas instituciones representaron en el último tercio del siglo XIX, prácticamente la única alternativa de estudio para la población femenina. A pesar de que, desde fines del siglo ya era evidente la feminización del magisterio, las mujeres eran poco visibles en la toma de decisiones sobre la educación; su historia dentro del magisterio estaba regida por las dificultades, las luchas y la subestimación intelectual. Al convertirse en trabajadoras del Estado a finales del siglo XIX, las maestras de primeras letras y párvulos en la ciudad de San Luis Potosí ocuparon un papel singular para poner en marcha la política educativa del régimen porfiriano. En el marco de la anhelada centralización educativa, las autoridades promovieron que las maestras potosinas se desempeñaran como agentes modernizadores y pudieran difundir los nuevos contenidos pedagógicos, a la vez que, para un reducido grupo de maestras de clase media educada, supuso la movilización y las primeras muestras de organización femenina y profesional en la ciudad. La propuesta del presente trabajo es analizar los discursos que se realizaron a partir de la reestructuración física y curricular de la Normal de Profesoras. El 22 de mayo de 1880, a beneficio de las mujeres potosinas, se puso a disposición de las jóvenes maestras el nuevo local para la Escuela Normal de Profesoras, este evento tuvo gran relevancia para el sector femenino del magisterio de aquel momento, como consecuencia de este mejoramiento material, en ese mismo año se duplicó la matrícula de alumnas en el plantel, que entonces llegó a setenta jóvenes inscritas, aunado a esto, en 1885 se constituyó la asociación literaria que llevó por nombre: Academia Dominical Literaria de Señoritas, agrupación que publicó la revista, *La Esperanza* de 1887 a 1890, y que al desaparecer sus reuniones dominicales daría paso a la estructuración de la poco estudiada Sociedad Mutualista de Profesoras de San Luis Potosí (1892-1908). Con estas transformaciones materiales y formas de organización, un sector de mujeres en San Luis Potosí comenzó a ganar terreno en el ámbito educativo, jugaron un papel destacado; aunado a la enseñanza de leer y escribir a las masas de la población local, se movían entre la Normal y la Escuela de Artes y Oficios, ocuparon cargos públicos como la dirección de escuelas de niñas y representaciones en la Junta de Inspección Primaria. El desempeño de estas maestras escritoras fue crucial para entender las características que adquirió la organización magisterial al despuntar, posteriormente, la revolución de 1910.

Waldemar Valle Martins (1926-2004): presença intelectual na Universidade

Alexander Marques da Silva y Maria Aparecida Franco Pereira

Esta comunicação visa apresentar a obra educacional do Prof. Dr. Waldemar Valle Martins e sua atuação como professor educador no ensino superior em que atuou: Universidade Católica de Santos (1963-2002) e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1978-1982). A questão que orienta é: Waldemar Valle Martins pode ser visto como um intelectual? Seu trabalho – seja através de seus escritos na mídia impressa santista, no campo educacional mediante aulas nas universidades em que lecionou, bem como na sua atuação administrativa como Diretor Geral e Reitor na Unisantos (1979-1989) – atesta sua importância para a formação intelectual de seus alunos e de seus leitores. A metodologia utilizada é histórico-documental, buscando – através de fontes primárias e secundárias impressas e de entrevistas (com sujeitos de sua convivência) – traçar o perfil do mestre educador. Os seus escritos têm forte teor educativo e sua atuação educadora com a juventude foi muito marcante. Assim, foram pesquisados escritos de Waldemar Valle Martins (livros e artigos na imprensa (A Tribuna e Cidade de Santos), nas Revistas Acadêmicas Leopoldianum – Unisantos e Lumen – Unifai, SP). Para a trajetória de vida foi o texto *Waldemar Valle Martins – homem de virtude e saber* de Paulo Fernando Campbell Franco. Também a obra de Alípio Casali *Elite intelectual e restauração da Igreja*, que contribui para o conhecimento do projeto pedagógico e das experiências da constituição de um ensino superior católico no país. O conceito de análise utilizado é o de intelectual mediador, desenvolvido por Ângela Maria de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen na apresentação da coletânea “Intelectuais mediadores práticas culturais e ação política”. O intelectual é visto como produtor de conhecimento e de comunicação intervindo na esfera político-social, na universidade. O tema possui relevância social por estudar e apresentar uma das figuras intelectuais importantes da cidade de Santos, na sua atuação na mídia impressa e no campo educacional, tanto na educação da juventude estudantil secundarista como universitária.

La circulación del vocabulário psicanalítico en Argentina a partir de la mediación frankfurtiana: 1940-1960.

Alexandra Dias Ferraz Tedesco

El psicoanálisis fue uno de los modos de discurso intelectual más prominentes de la primera mitad del siglo XX. Muchas corrientes de pensamiento hicieron la reivindicación del vocabulario freudiano y, posteriormente, lacaniano, para pensar las dimensiones psíquicas, o no materiales, de los procesos de transformación social de la primera mitad del siglo. Teniendo en vista la dimensión de circulación de los discursos intelectuales, este trabajo pretende circunscribirse a una de las ocurrencias más sintomáticas de la reivindicación del vocabulario psicoanalítico, a saber, la recuperación que el sociólogo argentino Gino Germani promueve, a partir, principalmente, de la mediación de la Escuela de Frankfurt, de las categorías psicoanalíticas para comprender uno de los temas centrales del debate intelectual argentino de la década del 1960: la adhesión de las «masas» a regímenes autoritarios. Considero que ese es el tema que conecta las visiones positivas sobre las posibilidades de emancipación del sujeto que se construyen en América, y principalmente en Argentina, con aquellas narrativas trágicas, de matriz europea, que se sintetizan en el diagnóstico de que cualquier relación entre individuo y líder es, a priori, perniciosa. Por último, propongo, como hipótesis general, que el análisis de la circulación de ese repertorio psicoanalítico - pasando por la mediación de los intelectuales vinculados a la Escuela de Frankfurt y llegando hasta la conceptualización propuesta por Gino Germani- es un modo de pensar la circulación de las ideas fuera de una perspectiva de «imitación» o «apropiación», sino a partir del análisis de las operaciones de encuadramiento que cada campo intelectual nacional opera a partir de sus demandas específicas.

Campanha do Deserto (1879): uma discussão sobre raça, modernização e identidade na Argentina

Ana Carollina Gutierrez Pompeu & Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre a relação entre teorias raciais, projetos de modernização e a construção da identidade nacional na Argentina de finais do século XIX, dentro do contexto da Campanha do Deserto (1879). Comandada pelo militar e ministro da Guerra e Marinha Julio A. Roca, a Campanha do Deserto foi uma guerra contra os índios do Pampa argentino, legitimada por discursos raciais e científicos onde as sociedades indígenas foram colocadas como “bárbaras” e como entraves ao processo de modernização vivido pelo país. O processo de consolidação do Estado Nacional auxilia na compreensão do momento em que os índios foram vistos como “outros internos” e deveriam ser combatidos para a concretização de uma sociedade “branca” e culturalmente homogênea. Esses discursos respaldavam ações de violência perante os indígenas, pautadas sob a utopia da “civilização”, em que o índio não figurava como o representante do estereótipo nacional, mas sim, como seu inimigo. Antigas práticas de interação como a política de tratados que demonstravam a admissão da soberania indígena sobre os territórios do Pampa pelos governos *criollos*, foram substituídas por ações impositivas que passaram a impor a submissão dessas sociedades ao Estado por meio das armas. Dessa forma, o entendimento das motivações que desencadearam na Campanha do Deserto, permite a discussão da construção do Estado Nacional, conforme pensado por suas elites, o que incluiu a relação entre a perseguição das sociedades originárias com ideais de modernização, pautados na pretensa “superioridade racial” dos *criollos*.

**O ENCONTRO ENTRE MEDICINA E EDUCAÇÃO NA COLÔMBIA DE FINAIS DO SÉCULO XIX.
ALGUMAS OBSERVAÇÕES HISTÓRICAS**

Ana Maria Tejada Mendoza & Marilene Proença Rebello de Souza

O presente trabalho é um tráfegar por alguns possíveis determinantes de tipo higienista, religioso, político e outros, que atravessaram a constituição da figura do professor e da infância escolar, especialmente do escolar considerado como deficiente, desde finais do século XIX e metade do século XX. As análises terão foco em dois períodos particularmente: O primeiro, de 1920 a 1936, caracterizado pelos discursos e práticas associadas com a degeneração orgânica da criança. O segundo, de 1936 a 1968, caracterizado pelas contradições que aconteceram, produto, por um lado, da introdução da ideia de degeneração sociocultural em meio ao imperativo de progresso da nação colombiana, o qual, somado aos direitos sociais e civis da criança, articularam novas infâncias e concepções sobre elas e seus processos de desenvolvimento e escolarização. Destacamos o processo que incorporou e facilitou a introdução de estratégias de controle da força de trabalho mediante dois mecanismos: de um lado, os discursos de desqualificação, infantilização e subordinação da população e do outro, mecanismos de intervenção medicalizantes, sendo estes de natureza psicologizante, pedagogizante e criminalizante. No primeiro — os discursos de desqualificação —, focamos nos discursos de especialistas e autoridades políticas nos quais, em termos gerais, a população colombiana era considerada um povo atávico, ignorante, inferior, com grandes taras genéticas e culturais, mas com o mandato urgente de se incorporar ao mercado mundial, indo ao encontro dos imperativos de progresso e desenvolvimento — perspectivas que tiveram maior desdobramento a partir dos anos cinquenta — (DÍAZ, 2008). No segundo — mecanismos de intervenção medicalizantes —, a análise dos registros permite considerar que tais mecanismos foram orientados à família, ao mestre/professor e à criança, sustentados sobre um ideário racial que incorpora aspectos cronológicos (idade ou etapa do desenvolvimento) e de anormalidade — a partir do estabelecimento de hierarquias orgânicas, cognitivas e morais, dentro das que se contempla a delinquência—. Estes discursos muitas vezes foram proferidos por figuras proeminentes da política e da ciência do país da época, carregando fortes elementos quanto ao peso que depositaram na degeneração racial da população. Deste modo, foi veiculada uma férrea crença na incapacidade da população produzida pelas taras culturais e ambientais, robustecidos no cepticismo dos enunciados produzidos pelos especialistas nas conferências e revistas da época. Cepticismo que, além de aprofundar a diferença colonial, se ancorou no correlato sobre a naturalização de uma condena irremediável ao fracasso. A partir desses apontamentos iniciais, este trabalho pretende analisar imperativos sociais, históricos, econômicos e político ideológicos que forjaram a relação saúde e educação no contexto colombiano constituindo, nesta relação, o fazer e saber docente e um olhar para o normal/anormal na criança escolar. Tal análise partirá da revisão de trabalhos sobre uma história da prática pedagógica na Colômbia (SÁENZ, SALDARRIAGA, OSPINA, 1997); a formação das complexas relações entre a apropriação e institucionalização da educação e pedagogia de anormais e a preparação de professores entre 1870 e 1940 na Colômbia (YARZA DE LOS RÍOS, 2005, 2008, 2010) e os discursos higienistas ancorados a argumentações sobre a degenerescência da raça colombiana (LÓPEZ DE MESA, 1920; JIMENEZ LÓPEZ, 1920; BEJARANO, 1920; (HELG, 2001; CASTRO-GÓMEZ, 2009).

**Bartolomé Mitre e o Império Brasileiro: Intelectuais,
política e diplomacia (décadas de 1870 e 1880)**

Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva

Neste trabalho refletimos acerca do olhar do general, historiador e ex-presidente argentino Bartolomé Mitre sobre o Brasil nas décadas finais do Império brasileiro. Neste período posterior à Guerra do Paraguai, encontramos, em meio a muitas tensões, episódios de aproximação de Mitre com políticos, diplomatas e intelectuais brasileiros que ilustram suas concepções sobre a monarquia vizinha. Entre eles, a missão diplomática de 1872, quando esteve no Rio de Janeiro a fim de negociar o território do Chaco no Paraguai e a ratificação do Tratado de Aliança, assinado no início da guerra. A partir da análise, principalmente, do jornal *La Nación*, fundado por Mitre em 1870, pensamos como ele reverbera na Argentina a visão de uma monarquia e um Imperador democráticos e de país livre e pacífico. Utilizava-se da imprensa para defender projetos de nação para a Argentina, bem como a integração da região, sobretudo no rio da Prata. Tema que estava presente também em suas obras. Sua visão militar estratégica o levou a defender o apaziguamento das relações entre a República e a Monarquia, historicamente marcadas por rivalidades. Assim, através do recurso da diplomacia, por meio de viagens e de diálogos com políticos brasileiros de renome, como o Visconde do Rio Branco, Mitre estreitou relações com o país vizinho, tornando-se décadas depois uma referência para projetos integracionistas pela via da escrita da história que envolveu instituições históricas e diplomáticas no Brasil e na Argentina. Entre elas, o IHGB, instituição da qual se tornou membro honorário em 1871 e sócio efetivo em 1889, logo após a proclamação. O principal problema da pesquisa, portanto, é compreender no pensamento e na atuação de Mitre o porquê dessa influência. No início do século XX, as referências a ele eram diversas e partiam, em especial, do próprio IHGB e da Junta de História e Numismática Americana (Academia Nacional de História Argentina a partir de 1938), fundada também por ele em 1893. Estas instituições desenvolveram projetos integracionistas conjuntos, visando à escrita de uma história oficial de caráter americanista. Historiadores brasileiros e argentinos tornaram as ideias de Mitre argumentos de autoridade na defesa de suas ações. Diante disso, buscamos mapear os aspectos que caracterizam seu olhar sobre o Brasil e as ideias instrumentalizadas na defesa da aproximação com o Império, desde o fim da guerra até a proclamação da República. Entre outras referências teóricas, Reinhart Koselleck nos auxilia a pensar as relações recíprocas entre presente, passado e futuro e as expectativas de Mitre em torno de um futuro pacífico entre os países. As apropriações de ideias, os diálogos intelectuais e as redes de sociabilidade são pensados teórica e metodologicamente a partir, sobretudo, de Roger Chartier e Pierre Bourdieu.

As reescrituras da tradição: *El Tango*, entre Borges e Piazzolla

Avelino Romero Pereira

Além do renome e projeção internacionais como criadores de estilos artísticos inovadores, Jorge Luis Borges (1899-1986) e Astor Piazzolla (1921-1992) tiveram uma aproximação concreta, na forma de uma parceria artística que resultou no LP *El Tango*, gravado em 1965. Mais jovem que o consagrado Borges, e engajado num projeto de criação de um “nuevo tango”, Piazzolla aproxima-se do poeta como quem deseja marcar seu lugar junto às vanguardas artísticas argentinas, e promover uma profícua articulação entre a esfera da música popular e a da poesia reconhecida como erudita, emulando a parceria entre Tom Jobim e Vinícius de Moraes, que, de forma análoga, no Brasil, resultara na renovação do samba. Entretanto, seguiu-se ao trabalho conjunto uma incompreensão mútua entre os dois artistas, documentada em falas públicas e comentários privados: o poeta diria que “Piazzolla não tinha nenhum ouvido para o verso”, e o compositor retrucaria que “em matéria de música, Borges era surdo”. Outras, porém, e mais complexas são as aproximações possíveis entre os dois criadores e suas respectivas poéticas: a firmeza de suas escolhas estéticas e o tom militante e polêmico com que as defendiam; um olhar sobre a modernidade construído na tensão entre tradição e vanguarda; a criação artística proposta a partir da intertextualidade com outras obras, próprias ou alheias, contemporâneas ou do passado; a articulação de um campo de referências colhidas entre a cultura urbana de Buenos Aires e tradições culturais do Ocidente; o rechaço ao peronismo, ao nacionalismo e a um “localismo” pitoresco, e a formulação de um cosmopolitismo, ainda que assentado sobre uma base local, como saída estética para a criação artística em um ambiente cultural periférico; o tango, em seus desdobramentos musicais, literários e coreográficos, tomado como matriz e campo cultural, com o qual suas obras se defrontam. Valendo-se, sob o aspecto metodológico, da identificação de analogias entre exemplos extraídos do conjunto de suas obras, este trabalho traduz a intenção de ampliar a compreensão do fenômeno musical, mediante sua articulação com o histórico e o literário, e propõe explicar o afastamento entre os dois artistas, tanto por suas sensibilidades díspares, quanto pela diferente compreensão que eles têm do tango como evento e como processo, em suas implicações culturais e políticas. Tanto o poeta quanto o músico, cada um em sua especificidade, são aqui reconhecidos em suas feições públicas, como artistas-intelectuais comprometidos com a renovação dos campos literário e musical na Argentina, mas cujas atuações e obras permitem transcender a análise apenas estética, revelando-se significativos exemplos de elaboração discursiva e de representação sobre a realidade social e as variadas tensões simultaneamente políticas, sociais e culturais deflagradas na sociedade argentina entre os anos de 1920 a 1960.

“La Política de Mario Vargas Llosa según *La fiesta del Chivo*”

Avital Bloch

La ponencia trata del escritor peruano Mario Vargas Llosa (1936-), Premio Nobel, y en algún momento candidato presidencial en Perú, y su novela, publicada en 2000. Vargas Llosa ha estado estrechamente relacionado con los círculos intelectuales que desarrollaron un conjunto de ideas según las cuales el marco para la comprensión del mundo político es el concepto de totalitarismo y sus legados en la política contemporánea. Vargas Llosa descubrió muchos hechos en su investigación de la dictadura en la República Dominicana, dado que él se inspiró en la Comisión de la Verdad en Perú en 1983, que estudió las atrocidades cometidas allí. *La fiesta del Chivo* describe el gobierno de décadas encabezado por Rafael Trujillo (“El Chivo”) en la República Dominicana. La novela caracteriza a su régimen de derecha mediante la tiranía, la tortura y el terror. La regla de Trujillo resulta burocrática, brutal, racista y manipuladora. No solo había policías secretos en todas partes, sino que el propio dictador invadía constantemente la privacidad de sus súbditos para mantener el terror. Todo sumado a una dictadura totalitaria. Sostengo que el análisis hecho por Vargas Llosa de la política y la sociedad a través del prisma antitotalitario-anticomunista de la Guerra Fría y del dogma anti-izquierdista, define al escritor como un “Neoconservador latinoamericano”. Esta afirmación está basada en mi propia investigación de la ideología del “Neoconservadurismo”, de los intelectuales Neoconservadores en Estados Unidos, y de sus círculos correspondientes en México y en Francia. Una interpretación política según *La fiesta del Chivo* de la historia de los horrores de Trujillo, su final y la transición a un nuevo régimen, sirve como evidencia de esa caracterización política. La odisea ideológica de Vargas Llosa fue paralela a la de los intelectuales Neoconservadores en Estados Unidos, Europa y América Latina. Ellos se cambiaron del legado socialista antiestalinista de fines de la década de 1930, al antirradicalismo de la Guerra Fría, convirtiéndose en Neoconservadores. Debido a que ellos declararon a los movimientos de izquierda y a las revoluciones como totalitarias – al igual que los regímenes extremistas de derecha – la ola izquierdista de la década de 1960 y la agitación de la Revolución Cubana motivaron a estas personas a luchar contra la Nueva Izquierda, que igualaron al totalitarismo. En los 1970s esta nueva ideología antirradical también se distanció del liberalismo y, durante la década de 1980, el debate giró hacia los cambios políticos en América Central. Las declaraciones de Vargas Llosa demostraron su cambio de defender a la izquierda y a Cuba, acercándose a la derecha. Junto con el mexicano Octavio Paz y su círculo en la revista *Vuelta*, Vargas Llosa se opuso a los escritores de la izquierda, como Gabriel García Márquez y Carlos Fuentes. En la ponencia también responderé a las siguientes cuestiones: Primero, ¿por qué Vargas Llosa escribió la novela sobre una dictadura después de la caída del comunismo europeo y la manifestación Neoconservadora de que el liberalismo democrático había ganado universalmente? Segundo, ¿por qué eligió basar la novela en el malicioso Trujillo? Las respuestas mostrarán cómo la novela puede entenderse políticamente a través de la interpretación Neoconservadora y cómo el autor la aplicó a la política actual de fines del siglo XX.

Adelitas, Charras, Rancheras y Tehuanas: mujeres ideales para la construcción de un estado nación a partir de los Cromos Mexicanos (1940-1950)

Blanca Josefina Meneses Romero

Los albores del siglo XX en México permitieron establecer los primeros pasos para una liberación femenina. Prueba de ello se traduce en la búsqueda de sus derechos desde 1916 hasta que -finalmente- en 1947, se promulgó el derecho al voto en el artículo 115 a cargo del presidente Miguel Alemán. Posteriormente en el sexenio de Adolfo Ruiz Cortines se inscribe oficialmente en 1953. Desde este preámbulo se evidencia cierta participación de la mujer e intenta aminorar la construcción de una diferencia, aquella que se había mantenido desde el México ilustrado; no obstante esto no se observó en la gráfica publicitaria atribuida a distintos artistas como José Bribiesca, Jesús de la Helguera, Luis Améndolla, José González Camarena, entre otros, reforzando así una construcción ideal de las mujeres para: el raigambre de la nación, cosificación del cuerpo social y biológico de las féminas y finalmente acentuar la dominancia masculina. Es así que en este artículo se analizan las imágenes desde las intervenciones feministas que establece la historiadora del arte Griselda Pollock, y se exploran derroteros en los que las mujeres fueron objetos para la difusión de “lo más bonito de la República Mexicana”.

**Diplomacia cultural versus Diplomacia presidencial:
aproximações, distanciamentos e práxis na era FHC**

Bruno Massola Moda & Lincoln Ferreira Secco

O campo epistemológico das relações internacionais sofreu diversas expansões durante o século XX, em especial após o término da II Guerra Mundial. A perspectiva analítica realista dominou as discussões até meados do século XX; em seguida surgiram a perspectiva liberal, os neo(s) realismo e liberalismo, a teoria crítica, a teoria construtivista, as teorias globalistas e as mais diversas ramificações e subcampos teóricos. Contudo, duas variáveis de política externa, foram por muito tempo negligenciadas enquanto objetos de estudos da academia: a diplomacia cultural e a diplomacia presidencial. O intenso processo de globalização e a influência desta na ampliação dos temas, ações e agentes da política externa (PEX) bem como a ascensão da sociedade civil, tornaram as diplomacias cultural e presidencial ferramentas importantes das relações internacionais. No caso brasileiro com maior significância no período posterior a redemocratização no final da década de 1980. Desta forma, este ensaio pretende introduzir os reflexos da diplomacia cultural e da diplomacia presidencial na política externa brasileira durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), bem como as diferenças conceituais destes mecanismos da PEX e seus pontos de inflexões. É válido ressaltar, entretanto, que os desafios desta pesquisa decorrem das poucas produções teóricas em virtude da recente abordagem sobre as temáticas destacadas. As primeiras apreciações teóricas sobre diplomacia cultural surgiram no final da década de 1980, inicialmente, através dos próprios diplomatas como John Matthew Mitchell que em 1986 publicou "*International Cultural Relations*". No Brasil, o diplomata Edgard Telles Ribeiro, publicava em 1987 sua tese "Difusão cultural: uma alternativa a serviço da política externa brasileira". O tema enquanto práxis, ganhou relevância durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), cujos principais desafios à época, era inicialmente a valorização da cultura no âmbito nacional que ocorreu através da reestruturação da Lei de Incentivo à Cultura criada em 1991. No que tange o desenvolvimento de uma política externa cultural, o governo de FHC agiu de forma tímida e breve com algumas incursões multilaterais no âmbito do Mercosul. Neste mesmo período a diplomacia presidencial, termo utilizado para designar a diplomacia do chefe de governo no sistema presidencialista, toma forma em parte pela afinidade e familiaridade de FHC com a diplomacia por ter sido ministro das relações exteriores em 1992. Partindo da análise *behaviorista* das relações internacionais, o conceito engloba as características comportamentais do chefe de governo (ativa ou passiva) em relação a PEX, discursos do mandatário e engajamento em viagens internacionais. Quando comparadas, a diplomacia cultural ganha credibilidade com ações da diplomacia presidencial. Esta, quando bem executada, contribui para a otimização da imagem no país no exterior e possíveis ganhos nacionais. No entanto, se na era FHC a diplomacia presidencial impactou numa melhor imagem do país como polo de investimento externo, de estabilidade econômica bem como a de apoiador de organismos financeiros multilaterais, por outro engessou não só qualquer aproximação estratégica fora da perspectiva do Consenso de Washington como também seu poder de negociação internacional e atuação em outras áreas da PEX como a diplomacia cultural em detrimento das diplomacias econômica e comerciais.

**Tempos americanos em Sérgio Buarque de Holanda, Ruggiero Romano e Max Savelle
(Santiago do Chile, 1963)**

Bruno Silva & André Furtado

Corria o ano de 1962 quando Eugenio Pereira Salas, então diretor do *Centro de Investigaciones de Historia Americana* (CIHA), escreveu a seus pares de ofício Sérgio Buarque de Holanda (brasileiro), Ruggiero Romano (italiano) e Max Savelle (estadunidense). Nas cartas que seguiram viagem, estavam os pedidos para que eles ministrassem cursos neste recém-criado instituto de pesquisas do departamento de Filosofia e Letras da Universidade do Chile, em Santiago, cujo surgimento havia contado com o apoio da Fundação Rockefeller. Convites aceitos, para lá rumaram os colegas historiadores, em 1963. O primeiro deles, à época já catedrático da Universidade de São Paulo (USP), decidiu apresentar um seminário com o tema “Brasil Império”; o segundo, atuante na École Pratique des Hautes Études (EPHE) de Paris, preferiu dar vazão aos seus estudos acerca da “Historia de los precios e Historia colonial hispanoamericana”; e o terceiro, da University of Washington (UW) de Seattle, optou por falar sobre “El espíritu de la Independencia Americana”. Naquele mesmo ano, essas aulas foram impressas pela instituição sob o título de *Tres lecciones inaugurales*. Ao tomar este livro e os paratextos que o informam como documentos, o objetivo da presente comunicação visa analisar tais papéis e circunstâncias, transformando-os em fontes de informações do referido passado. Com especial atenção para o seu conteúdo e o peso relativo do discurso historiográfico proferido, em cotejo às vicissitudes biográficas dos nomes envolvidos, sempre que possível e pertinente. Outro ponto a ser considerado diz respeito aos diversos níveis temporais que a configuração em apreço compacta. Isso porque, dar-se-á importância às historicidades dos agentes e instituições contemporâneos ao acontecimento (seus contatos, proximidades temáticas, trocas letradas e editoriais etc.), bem como àquelas relativas aos tempos pretéritos referidos na ocasião, ou seja, da era colonial ao século XIX. Assim, será lançado um olhar panorâmico sobre as porções continentais tratadas por Buarque de Holanda, Romano e Savelle, com especial interesse no mapeamento da extensão dos laços acadêmicos estabelecidos aí e a sua eventual força simbólica, pois as teses que lançaram eram posições tomadas em debates mais amplos. Mediante tal procedimento – e sem desconsiderar outras correntes do pensamento histórico em voga –, buscar-se-á refletir sobre este episódio da História intelectual latino-americana, afastando-se um pouco de perspectivas terceiro-mundistas que, em se tratando do período sob análise, via de regra mantêm os olhos voltados à produção desenvolvida no outro lado do Atlântico e cuja visão unidirecional tende a promover alinhamentos teóricos muitas vezes fictícios por ignorar o papel desses trânsitos.

Germán Arciniegas, un intelectual del panamericanismo en el siglo XX

Carlos David Suárez Morales

La presentación destaca la impronta del panamericanismo en la trayectoria de Germán Arciniegas (1900-1999), un rasgo distintivo de su actividad intelectual. El escritor colombiano tomó parte, desde la década de 1930, de iniciativas de intercambio cultural, cooperación intelectual y alianzas diplomáticas entre diferentes países latinoamericanos, en especial el suyo, y los Estados Unidos. Este activismo y práctica del panamericanismo intelectual y diplomático se desplegó desde un enjambre institucional que abarcó las propias organizaciones del sistema interamericano, periódicos, revistas y universidades de Colombia y los Estados Unidos, y se materializó en la participación del colombiano en congresos, misiones diplomáticas, concursos literarios, seminarios y cursos de verano, de un lado, y de otro en la publicación de relatos de viajes y ensayos que pretendían ofrecer lecturas sobre la diversidad cultural, histórica y política del continente americano capaces de establecer diálogos y puntos de encuentro a lo largo y ancho de América. Se señala, igualmente, que el compromiso político e intelectual de Arciniegas con el panamericanismo no estuvo exento de tensiones y críticas a las instituciones, al mundo académico y a la política de los EUA y que respondía a una re-definición del panamericanismo propia de ciertos sectores del liberalismo colombiano. Entre sus obras se encuentran biografías e relatos autobiográficos.

Legitimação, aplicação e formação: as missões francesas no Brasil no campo da psicologia (1908-1947)

Carolina S. Bandeira de Melo

A França foi um dos países que mais inspirou o Brasil no seu desenvolvimento cultural e científico, especialmente no século XIX e na primeira metade do século XX. No campo da psicologia brasileira os autores franceses tiveram também um lugar de destaque nas primeiras décadas do século 20. Nosso objeto de estudo foram as missões de franceses no Brasil para proferir conferências sobre psicologia e posteriormente para assumirem cátedras nas recém criadas universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Estabelecemos uma cronologia para as missões francesas na área da psicologia, delimitando três momentos particulares, que chamamos respectivamente de legitimação, aplicação e formação. Os cursos de Georges Dumas e de Pierre Janet, no Rio de Janeiro, serviram para legitimar a psicologia, uma vez que eles demonstraram pesquisas sofisticadas, desenvolvidas com instrumentos modernos e subsídios da fisiologia, da biologia e da química. Para alcançar legitimidade, a psicologia precisou mostrar que tinha um objeto próprio de estudo, além de métodos adequados para estudá-lo. Foi o que Georges Dumas e Pierre Janet demonstraram em seus cursos. Posteriormente, identificamos a aplicação da psicologia no Brasil, exemplificada pelas missões de Henri Piéron, Henri Wallon e Theodore Simon. As demandas sociais, em particular relacionadas com a expansão dos sistemas de educação, foram fundamentais para o desenvolvimento da psicologia, na medida em que ela oferecia um conhecimento sobre o desenvolvimento das crianças e sobre instrumentos que prometiam a detecção das capacidades intelectuais dos alunos (testes de inteligência). Os conhecimentos da psicologia aplicada serviriam para a adaptação das práticas de ensino visando uma maior eficiência das escolas, que viveram nos anos 1930 uma importante expansão no Brasil, garantindo por sua vez, um espaço importante de atuação da psicologia. Finalmente, pesquisamos o período da formação em psicologia, oferecida por franceses em missão da USP (Jean Maugué) e na Universidade do Brasil (André Ombredane). No entanto, não observamos a formação de uma escola de psicologia a partir do trabalho deles. Ao contrário, quando eles retornaram à França, seus ex alunos não assumiram suas cátedras de psicologia e observamos uma ruptura com o modelo que eles defendiam. A partir do estudo realizado, ficou clara ainda a influência das duas guerras para o intercâmbio científico em questão. Não só porque o conflito militar reforçou o “prestígio dos sábios” (prestígio adquirido pela ciência e cientistas como meio de desenvolvimento de uma nação e como via de comunicar este desenvolvimento), mas porque gerou uma competição entre nações europeias que passaram a dar maior importância para as relações com a América latina. Foram criadas várias entidades para incentivar o comércio internacional e o intercâmbio de ideias e tecnologias. Dessa maneira, podemos dizer que as relações acadêmicas ultrapassaram a esfera científica, pois elas serviram à França como maneira de ampliar sua rede diplomática e o seu mercado econômico. O Brasil, por sua vez, contou com o apoio francês para desenvolver-se cientificamente e ainda para mostrar ao mundo seus investimentos e seus progressos.

Estado Nacional, indigenismo e o imaginário internacional sobre o Brasil: Sociedades Indígenas e resistências durante o Regime Civil-Militar (1964-1985).

Cesar de Miranda e Lemos

As décadas de 1960 e 1970 foram especialmente conflituosas na América Latina, particularmente em virtude da prevalência de Regimes Autoritários que impuseram agendas sociais e políticas marcadamente violentas em relação aos segmentos sociais e/ou as minorias étnicas em seus países, notadamente em nome de uma polaridade discursiva representada pelas dicotomias entre segurança nacional versus liberdades políticas e culturais e de um ideário econômico desenvolvimentista versus direitos fundamentais, quiçá direitos humanos. O caso brasileiro foi paradigmático a este respeito no tocante às sociedades indígenas, com violações sobre indivíduos e etnias inteiras, com a expropriação de territórios e deslocamento forçado de sociedades indígenas na forma de verdadeiros atos de terrorismo de Estado contra minorias societárias ou encarceramentos de índios em unidades prisionais próprias de um indigenismo oficial e autoritário. Entretanto, no contexto dessas violações um ambiente propriamente ambivalente constituiu uma engenharia simbólica tão virulenta quanto as perpetradas pelo Estado Brasileiro e seus agentes mais notórios – militares e empresários envolvidos em programas desenvolvimentistas –, foi a omissão e/ou conivência de agentes das estruturas indigenistas e das agências internacionais de cooperação que mantiveram relações regulares com essas violações e práticas etnocidas. Essa comunicação versará sobre esse enredo de interesses que atravessaram as décadas de 1960 e 1970 associados em políticas sociais de cooperação internacional com o indigenismo oficial brasileiro, tendo como conseqüências e denominador a violação dos direitos humanos dos indivíduos e das sociedades indígenas no Brasil do Regime Civil-Militar de 1964 a 1985.

**BARROCO Y NEOBARROCO EN AMÉRICA LATINA:
Caracterización teórica y ejemplos prácticos**

Dra. Cristina Retta Sivoilella

Este trabajo intenta desentrañar los conceptos de Barroco y Neobarroco en América Latina como constitutivos del carácter latinoamericano. Para ello partiremos de un marco conceptual, teórico, en torno al llamado "Barroco de Indias" durante el período colonial (siglos XVII y XVIII) como diferente del Barroco europeo. En América, el barroco adquiere la dimensión de paradigma cultural, tejido al margen de la realidad social del período colonial en que se gestó, muchas veces obviado en su significación profunda de representar una estética nueva y reveladora. Urdido como fruto de un sincretismo cultural evidente, la mirada crítica sobre las manifestaciones culturales barrocas en América, evidencian respuestas tendientes a impugnar el discurso hegemónico y los principios de legitimación en los que este se basa. Esa alteridad barroca estaría erigida como forma alternativa dentro del todo social: sería una especie de conciencia subalterna. Así, desde fines del siglo XX y durante el presente, la historia de la cultura ha reavivado sus alcances, inquietudes e interrogantes en torno a formas estéticas como el barroco, cuya hoja de ruta evidencia presencia actual: el llamado Neobarroco, metamorfoseado en artes, en literatura y diversos objetos culturales. Nuestro estudio pretende descifrar, a través de diferentes manifestaciones culturales que iremos analizando, sus contenidos específicos y sopesar la importancia de los mismos en cuanto a concebir un pensamiento latinoamericano autónomo. Si bien el barroco en literatura conoce importantes enfoques y múltiples investigaciones, muchas de ellas nuevas, este trabajo no se centrará en el barroco literario sino que nos remitiremos en especial a las artes plásticas, sin excluir de nuestros comentarios las alusiones a la literatura cuando el caso lo requiera. Sabido es que el tema cultural es un todo, donde directa o indirectamente convergen las múltiples miradas que inciden en la conciencia colectiva de cada circunstancia histórica.

El bosque de los huesos. Traducciones de los discursos posbélicos en la poesía de Luis Hernández Camarero

Diana María Rodríguez Vértiz

Poco le importó a Luis Hernández Camarero publicar bajo un sello editorial después de la aparición, con varias fallas marcadas y que disgustaron al autor, de su tercer y polémico libro, *Las constelaciones* (1965), a cargo de la editorial de la Universidad de Trujillo y cuya escritura comenzó durante los últimos meses de su estancia en Berlín. En una abierta contestación al mundo editorial y al campo cultural peruano, Luis Hernández Camarero, reconocido por varios intelectuales de la época como una de las jóvenes voces del Perú (entre ellos destacamos Alberto Escobar quien incluye al joven poeta en el segundo tomo de su *Antología de la poesía peruana* (1973); a Javier Sologuren, quien editó sus primeros poemarios en su editorial La rama florida; y a Washington Delgado y Luis Alberto Ratto, importantes poetas de la generación peruana del 50 y profesores de Hernández durante la universidad) decide producir poemas acompañados de dibujos y recortes, así como escritos con tipografías diversas con plumones de colores, en cuadernos escolares y regalar estos libros-objeto a personas desconocidas y a algunas amistades. Una de las misiones de estos cuadernos era, en concordancia con un juramento del médico poeta a Apolo, evitar y aliviar el dolor. Aunque el proyecto de los Cuadernos definió la producción de Luis Hernández, el peruano publicó traducciones y poemas en algunas revistas peruanas, destacamos “Serie para Arnold”, “Abel” y “El bosque de los huesos”; entre los autores que tradujo se encuentran poemas de Paul Celan y Hans Magnus Enzensberger, así como fragmentos de *lieder* de Richard Staruss, cuyas letras son poemas de Herman Hesse. Dentro de una política de alejamiento del mundo editorial, a Hernández le parece importante dar a conocer, a través de las revistas, ciertas temáticas y autores. En una primera revisión de los poemas que elige traducir encontramos temáticas propias de la generación alemana posbélica. Desde un lenguaje fracturado y afligido como el de Paul Celan, hasta un tratamiento más vanguardista y ácido desde la poética de Enzensberger, el diálogo entablado entre los autores leídos y traducidos por el peruano y su propio proyecto poético, es evidente a través de temáticas referentes a problemáticas abiertas en la sociedad alemana después de la Segunda Guerra Mundial: genocidio, sufrimiento, totalitarismos, fragmentación de la vida y la identidad, así como una abierta identificación con discursos de paz. Esta ponencia se propone dar cuenta del proceso de traducción, entendida desde la literatura y la antropología (Wolfgang Iser, *Las rutas de la interpretación*), mediante el cual Luis Hernández actualiza en temáticas propias del Perú de los años 60 y 70, aquellas demandas y alivios de la coyuntura cultural de la Alemania posbélica, abriendo un diálogo con la tradición artística y científica del país germánico.

Aproximações culturais na América Latina revelam histórias de afeto e solidariedade

Dilma de Melo Silva; Maria Margarida C. Nepomuceno

Há um pensamento difundido entre pesquisadores da História do Brasil, que os anos 30,40, correspondentes ao primeiro governo Vargas, possui uma substancial fortuna crítica herdeira do empenho incalculável dos primeiros desbravadores dos acervos das instituições brasileiras. Sim. De fato, a historiografia existente sobre esse período, comprova que os anos de Getúlio Vargas, foram exaustivamente analisados em seus múltiplos aspectos. O presente estudo, entretanto, “Aproximações culturais na América Latina” abre muitas possibilidades de pesquisas e revela histórias de afeto e solidariedade, muitas vezes relegadas às notas de rodapé. Estudar as relações entre atores do campo cultural, nem sempre protagonicas, iluminam experiências e criam ambiências importantes para a compreensão dos fatos. Analisaremos as interações culturais entre intelectuais, jornalistas, educadores, escritores da América Latina que defenderam importantes pressupostos para a definição de nossas identidades. Pressupostos em torno de concepções que se complementavam ou se contrapunham, às vezes, tais como panamericanismo, latinoamericanismo(s); cooperação cultural, integração regional, diplomacia cultural, democracia, fascismo, autoritarismo. Uma infinidade de intelectuais, entre jornalistas, artistas, escritores, poetas, educadores, circularam pela América Latina desde finais do século XIX, em viagens de interesses variados ou em nome dos estados, governos, partidos e instituições que representavam. Muitos foram também na condição de exilados, que em momentos difíceis, abrigaram-se em países vizinhos e se juntaram a essa circularidade. É disso que se trata a presente pesquisa: de revelar esses trânsitos e seus desdobramentos, que em muitos casos transformaram-se em obras culturais conjuntas: livros, revistas literárias, ensaios, exposições de artes, cursos, conferências, projetos, etc. Falamos de homens e mulheres como Cecília Meireles, Gilberto Freyre, Francisco Curt Lange, Jorge Amado, Portinari, Newton Freitas, Antonio Houaiss, José Lins do Rego, e tantos outros mais. Para tanto, recorro a uma bibliografia multidisciplinar que mobiliza produções de historiadores do Brasil e de países da América Latina, tais como os pesquisadores ligados ao CPDOC- Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas e acervos dos Ministerios das Relações Exteriores do Uruguai, Paraguai e Argentina, bem como de teóricos que discutem o papel dos intelectuais, em suas várias categorias, especialmente os que estiveram atados às políticas de Estado, como Altamirano, Edward Said, Mônica Velloso, Angela de Castro Gomes. Fundamentalmente, utilizo como fonte probatória das experiências citadas o vasto material de natureza cultural que foi elaborado pelos atores em pauta e colhido em vários acervos no Brasil e em outros países.

A Moderna Negação da Ciência no Brasil (1858-1873)

Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos

A ciência, talvez seja um dos principais elementos definidores da modernidade. Costuma-se explicar a ciência como um produção internacional, feita nos grandes centros econômicos, políticos e sociais, entenda-se: Inglaterra e França no Século XIX e Alemanha e Estados Unidos no século XX. Nessa lógica explicativa a América Latina e o Brasil possui um papel totalmente passivo, como um observador distante sem qualificação específica e sem condições materiais análogas para não depender do que é produzido pelos países centrais. Todavia, se essa é a alógica atual pela qual explicamos a ciência, tal logica pode ser aplicada indistintamente a todas experiências históricas? O presente trabalho tem como objetivo apresentar a experiência histórica, concreta, que aconteceu na província do Ceará no século XIX, entre 1858 e 1873, de um brasileiro, Dr. Alves Ribeiro que se formou na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX e ao retornar ao seu país natal reproduziu as práticas científicas aprendidas durante os seus anos de formação em Harvard e tanto suas ações científicas quanto a sua memória pessoal foram obliterados da história em seus diferentes níveis: regional, nacional e internacional suscitando a pergunta: O que motiva esse silêncio e qual o seu significado? Debater esse caso é o objetivo da minha comunicação.

Arte, vanguardia y educación: Lola Cueto y el teatro guiñol en México

Elissa Rashkin

En 1932, un pequeño grupo de escritores, intelectuales y artistas plásticos, algunos de los cuales habían participado en el movimiento estridentista (vanguardia cultural de los años veinte) y otros con experiencias recientes en medios artísticos en Europa, se reunieron en la casa de la familia Cueto en la ciudad de México con la idea de formar una compañía de teatro guiñol. Su primera obra, *El gigante Melchor*, escrita por Elena Huerta, fue presentada en marzo de 1933 ante funcionarios de la Secretaría de Educación Pública y Bellas Artes, quienes subsecuentemente dieron su apoyo al proyecto para que se constituyera de manera formal, bajo el patrocinio del sector educativo nacional. De ahí nacieron grupos como Rin-rin, Comino y El Nahual, los cuales formarían parte de la escena cultural en México durante varias décadas, en la intersección entre la educación pública, el proselitismo social (en pro de los derechos obreros y campesinos, por ejemplo) y el espectáculo teatral. En este proyecto, Dolores Velásquez de Cueto, mejor conocida como Lola Cueto, fue una figura central. Creadora de títeres, vestuarios y escenarios, adaptadora de guiones, animadora y posteriormente dirigente de grupos teatrales, esta educadora, artista y madre dedicó gran parte de su vida al oficio “guiñolero”, fundando una pequeña dinastía de titereros que existe hasta la fecha; al mismo tiempo, mantenía una impresionante pero poca conocida participación en las artes plásticas de su época, destacándose especialmente en el tapiz, el bordado y el papel picado, además del dibujo, la acuarela y el grabado. En las décadas de los veinte y treinta, fue considerada una gran renovadora de las tradiciones populares mexicanas, a las cuales aportaba la visión particular que la caracterizaba como artista de vanguardia. Esta ponencia explorará la multifacética carrera artística de Lola Cueto y su contribución al mundo de los títeres dentro del contexto educativo del México posrevolucionario.

De feiras a mercados populares: Kinjo Yamato em São Paulo (Brasil) e *La Vega* em Santiago (Chile) como *locus* de cultura alimentar e permanência de grupos (i)migrantes.

Fábio Bitelli; Júlio César Suzuki

A partir de dois mercados populares, nas cidades de São Paulo (Brasil) e Santiago (Chile), o estudo pretende trazer para análise as questões ligadas aos sujeitos sociais que deles participam: imigrantes japoneses em São Paulo e povo indígena *Mapuche* em Santiago. O abastecimento urbano de alimentos em São Paulo realizou-se de forma fixa e itinerante. A primeira concentrava-se em duas vias do centro histórico: a rua das Casinhas e a rua da Quitanda, onde os comerciantes negociavam verduras, legumes, frutas e pescados. Com a preocupação da municipalidade em exercer melhor fiscalização e controle tributário sobre as atividades, o comércio de alimentos se deslocou para fora do triângulo histórico, descendo então para as encostas. Inaugurado à rua 25 de março de 1867, o Mercado Público (ou Mercado da Rua 25 de Março), o primeiro mercado da cidade, era composto por um pátio e um pavilhão estreito e longo, foi demolido em 1907 para a construção de um novo mercado, também demolido poucos anos depois (REIS FILHO, 1994). Outros mercados surgiram no início do século XX intermediando ou permanecendo como os atuais locais de comércio de alimentos. A história do Mercado Municipal Kinjo Yamato tem início no antigo Mercado Caipira, relatado por Reis Filho (1994, p.122) como um “pequeno pavilhão” localizado ao lado do Mercado São João. Tornou-se conhecido pela comercialização de frutas, legumes e verduras provenientes dos campos onde trabalhavam imigrantes japoneses. Como complemento de renda, esses imigrantes traziam os produtos que sobravam da colheita para vendê-los no centro da capital paulista. Em 1922, o chamado Mercado Caipira mudou-se para a rua da Cantareira. Hoje, o Mercado Kinjo Yamato, juntamente com o Mercado Municipal Paulistano, compõem o principal comércio de alimentos do centro de São Paulo. Já no caso chileno, a reunião de comerciantes populares de *La Chimba* remonta aos tempos coloniais, quando os agricultores estacionaram seus carros na chamada *Cañadilla* para vender seus produtos. Desde a construção da ponte *Cal y Canto* no século XVIII, fornecedores e comerciantes se instalaram no seu acesso e rampas de saída, aumentando o tráfego existente até então. Assim, a área estava se tornando um espaço de consumo e convívio, pois além do comércio se reuniram também bares, casas de jogo, bordéis e outros locais de sociabilidade popular: esta foi a origem do “*Vega del Mapocho*” mais tarde “*Vega Central*” (ÁLVAREZ, 2011). Mercado popular, o *Vega Central* ocupa galpões e armazéns à margem norte do rio, entre os bairros *Cañadilla* e *Recoleta*. Historicamente, ambos os mercados migraram de feiras de produtores para mercados permanentes em períodos distintos, estabelecendo-se nas proximidades dos rios *Mapocho* (Santiago) e Tamanduateí (São Paulo). O levantamento bibliográfico acerca dos dois mercados, colabora para identificação de suas histórias, relevância e aproximação para um estudo comparado, pois oferecem vitalidade ao centro urbano de tais metrópoles e colaboram para a fixação da identidade desses grupos (i)migrantes. Pressupõe-se que as feiras e os mercados públicos vão além da prática comercial, oferecem sociabilidade e podem ser avaliados como *locus* para a origem de determinada cultura alimentar.

DO CHILE AO BRASIL: A LUTA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS

Felipe Oliveira & Marilene Proença Rebello de Souza

“Acabou a paz, isto aqui vai virar o Chile!”, essa foi uma das palavras de ordem entoada por muitos estudantes secundaristas brasileiros que ocuparam suas escolas como forma de resistir às arbitrariedades do poder público. No fim de 2015, o estado de São Paulo, sob o governo de Geraldo Alckmin, anuncia um processo de reorganização escolar que implicaria no fechamento de quase 100 escolas e na realocação de mais de 300 mil estudantes. Após inúmeras tentativas frustradas de diálogo, Como reação a tal proposta, os estudantes começam a realizar diversas manifestações em protesto. Inicialmente o fizeram através de grandes marchas pacíficas, duramente reprimidas pela Polícia Militar e cujas pautas foram ignoradas pela grande mídia. Frente a essa realidade os estudantes decidem então ocupar as escolas como estratégia para dar visibilidade às pautas. Essa estratégia de luta política se espalhou por mais de 200 escolas por todo o estado fazendo o governo retroceder em sua decisão, servindo de inspiração para estudantes de outros estados. Essa estratégia de ocupar as escolas se assemelha ao que ocorreu no Chile em 2006 – com a chamada “Revolução dos Pinguins” – e que voltaria a se repetir nas manifestações de 2011. No Brasil, na segunda metade de 2016, o governo do presidente Temer propõe a reforma do ensino médio através da Medida Provisória 746/2016 e apresenta também a Proposta de Emenda Constitucional 241, que congela por 20 anos (!) os investimentos públicos em setores como saúde e educação. Tais medidas servem de estopim para uma nova onda de mobilizações dos estudantes de todo o país, com destaque para o estado do Paraná que chegou a ter mais de 800 escolas ocupadas. Ainda que os movimentos chilenos e brasileiros tenham tido importantes vitórias políticas, um dos efeitos diretos dessa mobilização foi o endurecimento da repressão do Estado, através de modificações nas leis e na maneira de interpretá-las. O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de Doutorado em andamento que se propõe a discutir o processo de ocupações das escolas, no Brasil e no Chile, como resposta às políticas públicas educacionais, bem como debater qual horizonte se apresenta como futuro para os estudantes, para a Educação e para a Democracia em nossa sociedade. A pesquisa tem como base a Psicologia Escolar crítica, de fundamentações marxista, que considera o processo de escolarização em suas múltiplas determinações.

Jean Gustave Courcelle Seneuil y la economía política de Chile, 1855-1863

Fernando Castillo Opazo

Jean G. Courcelle Seneuil fue un importante intelectual francés vinculado al liberalismo económico y político, que previo a su arribo a Chile, se destacó por la publicación de diversos escritos, por ejemplo colaboró en la confección de diversas Enciclopedias francesas, también participó en la prensa parisina abordando temáticas vinculadas a la política, la literatura, pero fue la economía y el comercio sus principales temas de trabajo. Este intelectual francés, que llegó contratado por el gobierno chileno como profesor del Instituto Nacional y de la Universidad de Chile, aportó con la profundización en la implementación del sistema económico liberal. El contrato estableció que Courcelle Seneuil debía ejercer por cinco años los cargos de profesor de economía política en la Universidad y de oficial consultor del Ministerio de Hacienda. Uno de sus alumnos, Diego Barros Arana, sostuvo respecto de su metodología de enseñanza que *para presentar sus ejemplos, utilizaba hábilmente su asombrosa ilustración en historia, en geografía y en tecnología, explicando con frecuencia en la forma más elemental y sumaria los procedimientos industriales, las maravillas operadas por el comercio, y las inmensas dificultades que ha tenido que vencer para abrirse vías de comunicación y para acercar artificialmente todos los países de la tierra.*

Salas de aula virtuais na Educação a Distância: os *e-lugares* onde se ensina e aprende

Flávio Boleiz Júnior

Como forma de facilitar a expansão da formação de professores para além das grandes e médias cidades e seus entornos, o Ministério da Educação criou o Programa Universidade Aberta do Brasil que vem organizando cursos de Licenciaturas a Distância em todos os estados do Brasil. A partir dessa nova forma de pensamento pedagógico que busca levar o Ensino Superior por meio da Educação a Distância ao interior do país, os projetos e práticas didáticas aplicadas nos fazeres de ensinar e aprender suscitaram o aparecimento de novos lugares de aprendizagem, que neste artigo passamos a denominar *e-lugares* e que se ampliam, multiplicam e substituem, virtualmente, o que sempre foi, historicamente, conhecido com sala de aulas nas diversas Instituições de Ensino. A partir desse novo paradigma (e-)territorial o presente trabalho procura compreender como se estabelecem e funcionam esses novos espaços virtuais que se estabelecem como espécies de e-territórios ou territórios líquidos, no sentido de Bauman, de ensino e aprendizagem.

O mito educacional chileno: qualidade e desenvolvimento

Franco Alejandro López Marín; Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidí

O Chile é considerado por muitos analistas liberais como o país do “milagre econômico”, o modelo a ser imitado na América Latina, onde a fórmula do livre mercado trouxe sucesso e estabilidade democrática após 17 anos de ditadura militar. Citado frequentemente no Brasil como paradigma educacional e aparente destaque na região, o país andino vive uma realidade diferente do mito que construiu a propaganda. Este artigo se propõe a retratar como a privatização da educação no Chile – feita na ditadura de Pinochet e resguardada na Constituição até hoje – foi o alicerce para a formação de uma das sociedades mais desiguais do mundo. Como arcabouço teórico, utilizam-se os autores Redondo, Bernasconi, Ferres e Maturana, entre outros. A partir da reflexão proporcionada pelos questionamentos propostos pelas ideias desses teóricos, busca-se fazer um levantamento documental tendo como propósito traçar o panorama da educação no Chile, erigindo como eixo central de análise a educação superior. Para retratar de forma abrangente como foi se modificando a educação chilena até chegar ao estado atual, o texto se propõe a abordar as etapas que se sucederam desde o golpe militar até hoje, momento em que movimentos estudantis e sociais progressivamente vêm questionando o modelo que rege a economia. Especial atenção é dada, ainda, à análise das propostas mais recentes de reformulação do sistema educacional do país. É fato que, pela educação ser paga, os setores mais vulneráveis da sociedade não possuem oportunidade de acesso de maneira mais ampla e, conseqüentemente, a realidade vivida pela população é bem diferente do panorama positivo que costuma ser divulgado em referência ao setor no país. A partir do panorama da sociedade chilena nos anos 1970 e das estatísticas que o país apresentava em educação, contrapõe-se atualmente a maneira como a privatização foi gerando um Estado cada vez mais mínimo. Com o mercado tendo o poder absoluto garantido pela própria Constituição e definindo um novo status de mercadoria para a educação, esta passa a restringir-se como mero item de consumo para uma minoria de determinada classe social. No panorama recente do país, pode-se observar com clareza o paradoxo da educação, que era considerada um direito inalienável, transformada em produto. Grupos sociais e cidadãos de resistência a esse paradigma neoliberal de exploração ganham cada vez mais força no país, em parte em função do movimento estudantil, que foi aos poucos despertando na sociedade um sentimento de questionamento em relação ao modelo econômico na sua totalidade e expondo as contradições do mesmo junto às suas drásticas conseqüências.

COLEÇÕES, TRADUÇÕES E INTELECTUAIS: OLIVEIRA VIANNA E O INTERCÂMBIO CULTURAL ENTRE ESCRITORES BRASILEIROS E ARGENTINOS NAS DÉCADA DE 1930 E 1940

George Leonardo Seabra Coelho

Essa comunicação discutirá a organização de parte da “sociedade de indivíduos” reunida em torno da ABL nas décadas de 1930 e 1940 e o intercâmbio cultural entre escritores brasileiros e argentinos nesses anos. Para analisar esse intercâmbio, lançaremos mão da versão em espanhol do livro *Evolução do povo brasileiro*, de Oliveira Vianna, publicada pelo governo argentino em 1937. Também discutiremos as nuances da criação da “Coleção Brasileira de Autores Argentinos” e da “*Biblioteca de Autores Brasileños*” e como essas coleções possibilitaram a aproximação entre intelectuais dos dois países. Nesse sentido, apresentaremos como se estabeleceram as tentativas de aproximações entre escritores brasileiros ligados à ABL – especificamente Oliveira Vianna – e parte da intelectualidade argentina; daí nossa tentativa de mapear parte da “sociedade de indivíduos” que compôs o campo literário desses dois países.

Os pedreiros e a madame da cajuada: a autoimagem do brasileiro através dos textos de Rachel de Queiróz na revista *O Cruzeiro* (1948-1950).

Gérson Wasen Fraga

O objetivo deste trabalho é analisar como os textos de autoria da escritora Rachel de Queiróz, publicados pela revista *O Cruzeiro* entre os anos de 1948-1950, refletiam uma disputa entre duas autoimagens díspares a respeito do povo brasileiro. Estas autoimagens se constituem em um tema recorrente em diversas esferas, tais como o jornalismo, a propaganda e a própria historiografia. Desde o tom depreciativo do “Complexo de Vira-Latas” enunciado por Nelson Rodrigues até o “Sou brasileiro e não desisto nunca” forjado através de certa campanha publicitária ufanista, diversas foram (e são) as percepções emitidas a respeito da índole nosso povo ao longo do tempo, da mesma forma como diversas foram as motivações e objetivos de tais formulações. Produzidas por intelectuais das mais diversas esferas (do direito à música), tais leituras possuem o dom de se disseminar pelo tecido social, criando imagens que possuem a pretensão de refletir a totalidade de um povo complexo em sua formação, desigual em seu acesso à riqueza, cultura e cidadania, e que ocupa um território de dimensões continentais. Contudo, tais percepções costumam ser eficientes ao atingir seus objetivos, algo facilmente mapeável através de imagens que evocam características de malandragem, felicidade gratuita ou carnavalização da vida, ausência de seriedade e reflexão diante das instituições democráticas ou, em outro extremo, a ode ao trabalho cotidiano e responsável que, todavia, não leva além da obtenção de um mínimo para viver com dignidade, algo a ser celebrado como resultado de uma vida dura, porém honesta. É no contexto de tal disputa que se localizam os textos escritos por Rachel de Queiróz para a revista *O Cruzeiro*, principal semanário do Brasil à época, com alto padrão gráfico e uma circulação que atingia praticamente todo o país. Em suas páginas assinavam alguns dos principais nomes da intelectualidade brasileira, tal como Rachel de Queiróz, escritora já reconhecida e defensora de uma visão positiva do brasileiro e de sua formação racial e cultural, fortemente influenciada pela obra de Gilberto Freyre e pelo modernismo. Opondo-se à tese do brasileiro inoperante e preguiçoso, advinda de uma visão elitista e europocêntrica, Rachel exaltava em suas crônicas a capacidade de organização de nossa gente e sua disposição para o trabalho, mesmo diante de grandes carências materiais. Seus textos revelavam assim uma tomada clara de posição da escritora diante de um debate que dizia respeito ao conjunto de toda uma nação.

Educação escolar e capitalismo dependente: questões estruturais da educação latino-americana

Gisele Cardoso Costa & Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

O presente trabalho constitui parte da pesquisa de doutorado em andamento a respeito do caráter estrutural da educação escolar na formação econômico-social da América Latina. A partir da assimilação da condição de dependência das economias latino-americanas na divisão internacional do trabalho, essa proposição tem por objetivo apontar os elementos desiguais e combinados que se apresentam na educação escolar hegemônica subcontinental. Assim, o capitalismo dependente é o eixo pelo qual se compreende a consolidação das características próprias da educação escolar na América Latina, ao mesmo tempo em que tais características estão submetidas e condicionadas pela intencionalidade do capital, em uma relação intrínseca entre particular e universal. Para tanto, o referencial teórico adotado é a Teoria Marxista da Dependência, compreendida também como instrumento metodológico que permite verificar o desenvolvimento das singularidades históricas do subcontinente, entre elas as características essenciais da educação, a partir da inserção da América Latina na ordem capitalista.

“Vamos a hacer la América”: los inmigrantes europeos en Bogotá, 1900-1920

Helwar Figueroa Salamanca
Julián David Corredor Espitia

El presente trabajo analiza el impacto cultural dejado por los inmigrantes europeos en Bogotá a principios de siglo XX y las dificultades enfrentadas por estos para adaptarse a una sociedad tradicionalista, conservadora y clasista, agreste con el extranjero, pero que a la vez se fascinaba frente a su cultura y hábitos de consumo. Las condiciones de salubridad, pobreza y precariedades de la Bogotá de comienzos del siglo XX, que por aquellos años contaba con una población de menos de cien mil habitantes, contrasta, hasta cierto, con los intereses de los extranjeros que venían al país en búsqueda de oportunidades económicas. ¿Cómo lograron insertarse e influenciar a una sociedad que todavía vivía a son de campana? es el interrogante que se espera responder en la presente propuesta. La ponencia se desarrollará por medio de un ejercicio comparativo entre los inmigrantes que tomaron como residencia otras ciudades y regiones de Colombia, frente a los que escogieron como residencia Bogotá. Para ello se evidencian las ventajas que ofrecen las otras ciudades con respecto a la capital del país, resaltando las razones que argumentan los inmigrantes, que logran rescatarse por medio de sus testimonios y de las noticias que sobre ellos salen en la prensa nacional. Una propuesta que busca caracterizar mejor el tipo de inmigrante que vivió en la capital e identificar las razones que llevaron a los extranjeros a vivir en Bogotá. Esto porque en la historiografía sobre la inmigración en Colombia siempre se ha insistido en argumentar que los mayores flujos de extranjeros se han dado en la Costa Atlántica y en menor medida en el interior del país, lo que invisibiliza a la inmigración interna del país y sus aportes al desarrollo de la economía nacional y de los hábitos culturales foráneos. Para lograr comprender este proceso social, esta investigación se ha basado en el estudio de los censos nacionales y en el análisis sistemático de publicaciones locales y periódicos de la época, de las que sobresalen principalmente el Tiempo, el diario oficial y la revista el Grafico. Esta información es contrastada con la historiografía sobre la inmigración en Colombia, centrada en aspectos económicos y en menor medida sociales. Por último, con esta investigación se espera contribuir a esclarecer una parte desconocida de la historia de los movimientos migratorios en Colombia, qué en comparación con los presentados en otras regiones de América Latina, resultan menores y por tal motivo desconocidos.

Desarrollismo en clave socialcristiana: redes intelectuales e itinerarios formativos

Horacio García Bossio

El desarrollismo fue una expresión política, económica e intelectual que se gestó durante la posguerra en los denominados países periféricos. Como una nueva categoría conceptual (que reemplazaba dentro del pensamiento económico clásico y marginalista a los conceptos de riqueza y de crecimiento) muchos intelectuales se han preguntado quiénes son los padres de la teoría del desarrollo económico y de su enorme *corpus* analítico. Una primera aproximación a esta pregunta encuentra el origen de la teoría en la CEPAL (Comisión Económica para América Latina), particularmente en el escrito fundacional *El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas*, publicado en 1949 por el economista argentino Raúl Prebisch. En esta lectura la obra da origen al estructuralismo latinoamericano, y se constituye, en palabras de Albert Hirschman, en el *Manifiesto* desarrollista. Sin embargo, consideramos que es posible constatar otro origen alternativo, a partir de una “vía eclesiástica”, social-cristiana e independiente de la influencia cepalina. Esta encuentra su raíz en el “humanismo integral”, proponiéndose acercar un diagnóstico multidisciplinar al problema del atraso y de la pobreza. Esta segunda vía genética, poco estudiada, hace referencia a una raíz cristiana de las dos categorías esenciales del modelo: la “integración” como precondition para el “desarrollo” de una economía que no estuviera restringida al reduccionismo antropológico del *homo oeconomicus* neoclásico, ni a las categorías deterministas del marxismo. Presentadas estas dos posibles líneas genéticas, nos proponemos como objetivo en esta ponencia indagar en las redes intelectuales y los itinerarios formativos que consolidaron ese otro nudo creacionista, *un desarrollismo en clave socialcristiana*. Esta corriente intelectual aspiraba a una economía que compatibilizara el crecimiento de las fuerzas productivas con mecanismos de equidad e inclusión social a partir de los presupuestos humanistas y trascendentes de la “persona humana”. De esta forma se constituía parte de un largo camino en el Magisterio de la Iglesia, especialmente en la llamada Doctrina Social, que se iniciara con la encíclica del papa León XIII *Rerum Novarum* (1891). A fin de cumplir con nuestro objetivo estableceremos el origen y la circulación de esas ideas en Europa, analizando desde la teoría de la recepción su resignificación en América del Sur y en particular en la Argentina. Para ello abordaremos los escritos *desarrollistas* del filósofo Jacques Maritain, del fraile dominico Louis Joseph Lebret y del economista François Perroux. Pondremos especial atención a las repercusiones periodísticas de las visitas a la Argentina de Maritain y Perroux; y de Lebret a Brasil y Colombia. A partir de allí esperamos determinar las influencias europeas dentro de los círculos intelectuales católicos argentinos, tomando como fuente de análisis los escritos del jesuita Fernando Storni (exponente clave del Centro de Investigación y Acción Social, CIAS, fundado por la Compañía de Jesús) y del economista Oreste Popescu, investigador y docente de la Universidad Nacional de La Plata y de la Pontificia Universidad Católica Argentina.

Arturo Prat, la construcción de un héroe chileno

Horacio Gutiérrez

Arturo Prat, marinero chileno, participó en la Guerra del Pacífico (1879-1884) y se inmoló en la Batalla Naval de Iquique cuando la corbeta que capitaneaba fue hundida al confrontarse con acorazados peruanos. Elevado inmediatamente a máximo héroe naval chileno, su biografía recorrería varias etapas hasta que en el siglo XX pasa a integrar el panteón de héroes nacionales. La presente ponencia analiza dos biografías del héroe: una escrita en los meses siguientes a su muerte, en 1879, y otra publicada más de un siglo después, en 1995. Prat aparece en ambas como modelo de disciplina, responsabilidad y valentía, además de esposo y padre ejemplar. Pero las biografías permiten también descubrir mucho de la época en que fueron escritas, del diferente significado atribuido a aquellas virtudes en cada coyuntura y de lo que la sociedad chilena esperaba en cada época de un héroe, para su aclamación. En la primera biografía Prat aparece como un héroe renacentista, inmutable frente a las adversidades del tiempo, con convicciones inalterables desde la adolescencia hasta la edad adulta. En la biografía más reciente, empero, Prat emerge como un héroe iluminista, con personalidad que va madurando en el curso de la vida, atento a las nuevas ideas que el tiempo coloca, y portador incluso de sensibilidad social. En esta ponencia queremos realizar una reflexión sobre el proceso de construcción del héroe chileno y sus representaciones a lo largo del tiempo.

Chile. Iglesia y Dictadura, 1973-1989.

De la legitimación Episcopal del Golpe militar a la ruptura y al conflicto con la Dictadura

Hugo Cancino, Dr. Phil. Emeritus, Universidad de Aalborgg, Dinamarca

EL Concilio Vaticano II, celebrado 1960-62 abrió una un curso de renovación de la Iglesia Católica que adaptó su discurso, su pastoral, su doctrina social a los imperativos del mundo moderno. La Conferencia del Episcopado de América Latina celebrada en Medellín, 1968, adoptó las conclusiones del Concilio al contexto latinoamericano. Como parte de este contexto debemos mencionar la emergencia de un nuevo discurso teológico encarnado en la vida y en la lucha del pueblo de Dios, como fue La Teología de la liberación hacia 1968. La Iglesia Institucional chilena asumió en sus múltiples facetas el curso de renovación signado por el Vaticano II, modernizando las estructuras eclesiales, impulsando la organización de las comunidades de base, acercándose al mundo de los pobres, oprimidos y explotados. Esta toma de posición no fue aceptada por todos los episcopados de América Latina. Entre estos, el Episcopado argentino., que mantuvo sus posiciones conservadoras y sus vinculaciones con las elites oligárquicas. La radicalización del mundo católico en Chile se expresó en la organizaciones de base que apoyaron el proyecto de cambios del gobierno popular de Salvador Allende en 1970 Entre otras; *Los sacerdotes por el Socialismo, La izquierda Cristina, La Iglesia Joven* y otras organizaciones más radicales como el *Movimiento Camilo Torres*. El Episcopado chileno se expresó a favor de los cambios sociales propiciados por la Unidad Popular (UP) pero tomó distancia de la ideología Marxista-Leninista que expresaban Socialistas y a comunistas. Las reformas sociales impulsadas la UP condujeron a una radicalización creciente de los polos clasistas.: Por una parte los movimiento populares que estaban fuera de la UP y que exigían al gobierno profundizar las reformas sociales, políticas económicas: Por otra lado la oposición parlamentaria del bloque derechista cuyo objetivo siempre fue desestabilizar al gobierno, crear el caos y derribar al gobierno popular. La polarización social condujo pronto a una crisis política profunda que preparó el camino al Golpe de Estado del 11 de sept.1973. La democracia Cristiana, un partido que había parte de oposición moderada se incorporará al bloque político golpista apoyando el Golpe de Estado. En un primer momento el Episcopado *reconoció la legitimidad del Golpe*, perpetrado por las FFAA", argumentado que la Unidad Popular había creado una crisis política insostenible y que las Fuerzas Armadas restaurarían la paz y la convivencia de todos los chilenos. Muy pronto, una semana después del Golpe, La Conferencia Episcopal de Chile bajo la dirección del Cardenal Raúl Silva Henríquez, en un comunicado público reconoció la inmensa de violencia, de la represión ejercida por las Fuerzas Armadas sobre el pueblo desarmado. El Cardenal instó a las FFAA, a detener el proceso de represión y muerte, y la desaparición de miles de chileno. La Iglesia inició una acción de denuncia pública de la violación de los Derechos Humanos. La Dictadura no escucho el clamor de Iglesia, prosiguiendo el proceso represivo hasta el fin de la dictadura en 1989. En ese contexto de terror, la voz de los Obispos, pasó a ser la voz de los sin voz, la que asumió la defensa y protección del pueblo chileno. La Iglesia creó un Comité de la Paz con representantes de otras Iglesias cristianas cuyo objetivo fue ayudar a las victimas de la represión y su entorno familiar. Todo estos gestos y acciones de la Iglesia la llevaron a un enfrentamiento permanente con la Dictadura, la que no respecto a las instituciones eclesiales ni a la vida de los sacerdote y de los miembros de base de la Iglesia. Finalmente debemos señalar que la Iglesia fue un actor significativo del proceso de Transición democrática chilena.

Construcción discursiva de una sociedad punitiva en la formación del Estado- Nación: La prensa chilena durante la reforma al sistema de prisiones. (1843-1860)

Hugo J. Castro Valdebenito & Alessandro R. Monteverde Sánchez

El estudio se enfoca en analizar el rol de la prensa chilena en la construcción cultural de una sociedad nacional punitiva. Ubicándonos históricamente durante los años de ejecución del proyecto *Portaliano* de "orden social", formulado por el bloque conservador para restablecer la hegemonía interna fuertemente fracturada en la ruptura independentista (1810-1818) y por las pugnas intra-élite durante los primeros años de la República (1823-1831). En este contexto, uno de los principales objetivos de la colación triunfadora en las pugnas por el poder - la conservadora-, fue el restablecimiento de la disciplina social, erosionada por años de guerras y anarquía. El desorden, la fuga de la mano de obra, el vagabundaje y el bandolerismo contribuían a engrosar una criminalidad rural y urbana en expansión, cuya contención se volvió prioridad en el establecimiento del "orden". A propósito de esta delicada situación, se generó un fuerte debate para reformar el sistema de prisiones en Chile (1836-1860), esto con el manifiesto objetivo de poner en marcha un maquinaria punitiva capaz de crear - en términos foucaultianos - una microfísica de poder en torno al sistema penitenciario representado en la creación de una cárcel de gran capacidad, de tipo panóptico y bajo una filosofía de reforma moral para el sujeto criminal: la Cárcel Penitenciaria de Santiago. Este debate se difundió de diversas formas, principalmente a través de la prensa nacional, que publicó argumentaciones y exposiciones que justificaban y recomendaban una metodología de castigo penitenciario, que aseguraban, "era necesario para terminar con los grandes vicios de la sociedad pos colonial", convirtiendo a los sujetos criminales en individuos morales, disciplinados y trabajadores. Para determinar esta transformación, se pesquian los distintos archivos documentales de las instituciones de presidio y las líneas editoriales de la prensa chilena durante los decenios conservadores. El objetivo del estudio, es determinar - en perspectiva histórica - las transformaciones al concepto de castigo penitenciario en el discurso político- intelectual y sus representaciones en la prensa de la época. Se plantea que dicho discurso fue construyendo un imaginario social punitivo y condenatorio que tuvo como finalidad estigmatizar al sujeto popular para vincularlo antropológicamente a la *cuestión criminal*. Las implicancias de dicha construcción cultural del *ius puniendi* criollo, son variadas y con diversas dimensiones. En el presente estudio se exponen principalmente los alcances históricos entorno a la formación de una identidad nacional castigadora, sustentada en un discurso asociado a la idea de reformar moralmente a los sujetos criminales del bajo pueblo, con el fin de disciplinar a los grupos subalternos y adaptarlos a la construcción del orden republicano. En aspectos metodológicos, el estudio utiliza una estrategia hermenéutica para reconstruir y representar el discurso de la prensa y su impacto en la opinión pública, las fuentes son en su mayoría derivadas de archivos documentales institucionales; memorias ministeriales; documentación de la Superintendencia de Penitenciaria y periódicos como el Araucano y el Mercurio. La pesquisa se realiza durante los años 1843 y 1860, momento histórico de configuración del imaginario punitivo de la sociedad chilena.

Los intelectuales iberoamericanos y su visión geopolítica regional

Hugo Lilli

En Iberoamérica se han ensayado muchos modelos de integración, pero siempre desde una óptica economicista en primer lugar, y política en segundo lugar. La integración vista como fenómeno social-cultural no debe entenderse como uniformidad monótona y hermética sino como la superación del aislamiento cultural de los países de la región en pos de una interconexión entre las distintas expresiones culturales de dichas naciones. Este trabajo aborda ese problema desde una mirada filosófica-histórica y recrea la figura y las obras de muchísimas personalidades de la cultura iberoamericana. Desde literatos devenidos luego en brillantes politólogos como el cubano José Martí, pasando por educadores transformados después en figuras políticas de renombre como el uruguayo José Rodó Piñeiro hasta letrados convertidos con posterioridad en exitosos diplomáticos como el mexicano Alfonso Reyes Ochoa. También se mencionan, complementariamente, las instituciones educativas que han contribuido y están contribuyendo actualmente a fortalecer los vínculos culturales latinoamericanos, al convenio Andrés Bello como baluarte de la integración cultural regional y al Corredor de las Ideas, foro social-cultural del cono sur.

As mulheres negras na luta pelo acesso à posse legal da terra na América Latina

Isabel Araujo Isoldi & Júlio César Suzuki

A questão da terra, na América Latina, é estrutural e fundante. À medida que a escravidão dava sinais de ruína, paulatinamente, a terra foi sendo aprisionada ao se tornar mercadoria com as leis de terras, processo que José de Sousa Martins denominou de *cativeiro da terra*. Mantendo-se de difícil acesso para a grande maioria da população e sendo categoria fundamental para a continuidade das comunidades negras, a posse da terra é motivo de conflitos e inúmeras disputas através dos tempos, com a sociedade envolvente. No passado, enquanto quilombos, palenques, marrons, hoje, são os grupos étnicos que buscam as titulações legalizadas e o reconhecimento da sociedade envolvente. A emergência destes direitos territoriais para comunidades negras, a partir de um recorte étnico, é uma realidade atual para alguns países latino-americanos, tais como Brasil, Equador e Colômbia. A confirmação de identidade específica, ligada à ancestralidade negra e à resistência à escravidão, são uma via de acesso para direitos, em especial os territoriais. Diante disso, populações historicamente subalternizadas adentram novos formatos de luta e resistência, no qual tem de se organizar em associações civis e se inserir em espaços políticos a fim de obter o que está garantido em lei. Nesses processos, as mulheres negras exercem papéis fundamentais enquanto lideranças de suas comunidades, agregando as suas funções rotineiras, reuniões, viagens e demais atividades necessárias para o reconhecimento e titulação das terras. Desse modo, buscaremos analisar o papel das mulheres negras na luta pelo acesso à posse legal da terra na América Latina, em especial no Brasil e na Colômbia, países que possuem um grande contingente populacional remanescente da escravidão e comunidades negras com organização política em torno dos direitos garantidos em Constituição Federal, mas de difícil execução.

História, Modernidade e Crise Contemporânea No Ensaio *La Otra Voz* de Octavio Paz

Ival de Assis Cripa

A exposição faz parte de nossa pesquisa de doutorado desenvolvida no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, na área de Teoria e História Literária e que foi publicada sob o título “Octavio Paz em Companhia dos Historiadores”, pela editora Prismas em 2016. Pretendemos analisar o ensaio *La Otra Voz* de Octavio Paz, livro em que o poeta e ensaísta mexicano aborda o tema da crise contemporânea. Buscaremos discutir a ambiguidade do posicionamento político de Octavio Paz e ao mesmo tempo recuperar a fortuna crítica de seus ensaios sobre a crise contemporânea e sobre as poéticas da modernidade no contexto dessa crise. Relacionaremos seus escritos com as interpretações de Marshall Berman sobre a modernidade e seus críticos e estabelecemos um contraponto das interpretações de Octavio Paz sobre a crise das democracias modernas, com as interpretações de Michael Hardt e Toni Negri. Procuramos demonstrar como o poeta e ensaísta mexicano, em seus ensaios, afasta-se das explicações de que vivemos na era da “pós-modernidade.”

Um jansenista setecentista em um ninho de ultramontanos oitocentistas. O lugar de Frei Caetano Brandão nas querelas político-religiosas do Segundo Reinado – Brasil (1860-1870)

Jefferson de Almeida Pinto

Caetano D'Anunciação Brandão foi um clérigo da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, nascido no Lugar de Loureiro, Comarca da Feira, bispado do Porto, Portugal, a 11 de setembro. Formado pelas mãos do bispo de Beja, Manuel do Cenáculo, Caetano Brandão herdara toda uma cultura religiosa marcada pelo jansenismo e pelo regalismo português do século XVIII. Seria bispo na diocese do Grão-Pará e posteriormente arcebispo na Arquidiocese de Braga, em Portugal. Os escritos sobre o prelado bracarense dão conta de sua atuação frente aos pobres e desvalidos, fundando hospitais e escolas para crianças órfãs, disciplinando clero e fazendo visitas pastorais nos mais distantes recônditos de onde governava. Essas informações sobre Frei Caetano são recorrentes na imprensa do Brasil e de Portugal no transcorrer do século XIX, sobretudo nos debates entre os ultramontanos e regalistas do Império. Esta pesquisa se propõe a pensar a construção da memória de Dom Frei Caetano Brandão e as apropriações realizadas de sua ação pastoral no plano das discussões políticas que se faziam no campo religioso do Brasil, à época da chamada questão religiosa entre as décadas de 1860 a 1870. Assim sendo, nos propomos a pensar quais teriam sido as apropriações da atuação de Caetano Brandão entre os ultramontanos num plano de contradições, pois o mesmo teria um perfil jansênico-regalista, em uma época em que, tanto no Brasil como em Portugal, a Igreja se debatia com os Estado e seus homens de letras católicos, regalistas e maçons contra a supremacia do poder temporal sobre o espiritual.

“Médicos, imprensa e a regulamentação das amas de leite no Rio de Janeiro de final do século XIX”

Karoline Carula

O objetivo desse trabalho é analisar o olhar médico sobre as mulheres que desenvolviam a atividade de amas de leite na cidade do Rio de Janeiro, nas décadas de 1870 e 1880. O aleitamento materno era apresentado pelos médicos como um ato nobre e, para isso, classificavam as mulheres que não amamentavam seus filhos como desnaturadas. Amamentar era representado como um ato grandioso; os médicos empregavam o linguajar sentimental e eloquente para se referir à importância do aleitamento materno. Para valorizar tal método de alimentação infantil, desqualificavam os outros, quais sejam, o artificial, que empregava leite animal e considerado o pior de todos, e o realizado pelas amas de leite. Os médicos discutiam quais seriam as características necessárias a uma mulher para ser considerada uma boa ama de leite. Importante destacar que boa parte das mulheres que se dedicavam à atividade de amas de leite eram escravas. Assim, os olhares médicos sobre elas estavam muito pautados pela condição cativa da mesma e por elas serem negras e mestiças. Cabe sublinhar que as propostas dos médicos, todavia, não ficaram restritas às teses médicas e textos científicos, muitas das ideias repercutiam em outros espaços. Isso ocorria, principalmente, em virtude da ampla atuação dos médicos em outros circuitos, como a imprensa, o parlamento, as academias científicas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, entre outros. Nesse sentido, destacavam-se as políticas públicas de tentativa e de regulamentação da atividade das amas de leite. Os médicos que escreveram sobre as amas de leite serão considerados como intelectuais, e como aporte teórico para pensá-los nessa categoria farei uso das definições de Antonio Gramsci – serão considerados como intelectuais orgânicos, destacando, conforme afirma Gramsci, que o grupo intelectual é fundamental para a instauração do consenso. Isto posto utilizarei, como fontes principais, teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que trataram da questão da alimentação na primeira infância, pois ao discorrerem sobre o assunto analisavam as amas de leite, e artigos publicados na imprensa, os quais eram pautados pelo discurso médico vigente e tinham como foco o controle das atividades das amas de leite.

Classificação das transferências de valor nos países dependentes: análise sobre dados macroeconômicos de Brasil e Argentina (2000-2015)

Lilian Prado Pereira & Julio Manuel Pires

Para analisar a inserção dos países latino-americanos no mercado mundial, partimos dos pressupostos de que (1) a transferência de valor dos países dependentes para os países centrais é uma característica estrutural da situação de dependência a que estes estão submetidos e que (2) a condição de dependência dos países periféricos se adaptou às novas conformações econômicas do mercado mundial e, como consequência, novas formas de transferência de valor surgiram. Buscamos classificar e analisar a transferência de valores de dois países latino-americanos, Brasil e Argentina, para os países centrais utilizando indicadores macroeconômicos que demonstram sua ocorrência por meio de três agentes: (a) o mercado, (b) o governo e (c) capitalistas privados. Chegamos à conclusão de que, apesar de serem países de renda mais elevada (renda média superior, conforme classificação do World Development Investment Bank), Brasil e Argentina se comportam como países de renda menor (renda média inferior e até renda baixa) no que se refere aos indicadores de transferência de valor, o que demonstra que, como países dependentes, são mais vulneráveis e transferem mais valor para os países centrais do que outros países na mesma faixa de renda.

O impacto de práticas escolares hegemônicas e contra-hegemônicas no desenvolvimento infantil

Lucy Duró Matos Andrade Silva & Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

Reconhecer a história, bem como os historiadores comprometidos com uma postura ético-política na preservação do banco de memória coletivo, por meio de estudos e registros de experiências vividas ao longo de todo percurso histórico do ser humano é de grande relevância social. O presente trabalho tem como objetivo promover um espaço de reflexão sobre o impacto de práticas escolares hegemônicas e contra-hegemônicas no desenvolvimento infantil. Para tanto será apresentado o registro histórico sobre a punição e submissão de crianças no processo de escolarização tradicional, hegemônico, começando com castigos físicos, passando pelo assédio moral e culminando na contenção química; e anunciar uma proposta pedagógica, cujo princípio é entender a criança em sua complexidade, valorizando sua individualidade, contra-hegemônica. O referencial teórico é sustentado pela Psicologia Histórico-Cultural, perspectiva que compreende o processo de escolarização em suas múltiplas determinações, tomando como objeto de estudo um projeto educacional que visa recuperar as bases democráticas e participativas de escolarização.

O estudo da imprensa cultural na era das humanidades digitais

Luís Manuel Crespo de Andrade

As revistas fizeram a cultura dos séculos XIX e XX na Europa e nas Américas, do mesmo modo que os jornais configuraram o espaço e a vida políticas. Na era da cultura impressa, foi em torno das revistas que se desenvolveram os movimentos de ideias, sensibilidade e combate que transformaram os tempos através da novidade cosmopolita e das causas intelectuais e cívicas. A circunstância de se terem vivido tempos de intensa transformação social, política e de mentalidades, associados a orientações doutrinárias bem definidos, acabou por determinar tanto a prevalência da figura do homem de letras apostado em vincular o pensamento à sua circunstância quanto a segmentação da opinião pública segundo correntes programáticas opostas. Porém, estas observações gerais confrontam-se com a dificuldade em aceder a colecções completas destas publicações periódicas, a extensão de alguns dos seus títulos, a variedade de registos, a pluralidade de autores e a sinuosidade dos trajectos, características que tornaram estas fontes primordiais da cultura contemporânea em objetos de estudo particularmente ingratos. Na época das humanidades digitais, a questão que se coloca é a de saber como abordar estes actores colectivos maiores da história recente de modo a proceder ao mapeamento e ao estudo do seu teor. Trata-se, pois, de cumprir a primeira das aspirações indicadas na convocatória do presente Congresso Internacional, isto é, “analisar e discutir, a partir das perspectivas intelectual e cultural, os novos paradigmas que afetam a história”. A comunicação incide nos fundamentos teóricos e técnicos da análise sistemática da informação contida em revistas tidas por particularmente relevantes, bem como no estudo de caso dos sites Revistas de Ideias e Cultura já publicados.

**“Saia da sombra”: Identidade e representação nos
cartazes do Movimento Feminino pela Anistia**

Luise Gonçalves Villares
Mônica de Souza Nunes Martins

No ano de 1975 após o Congresso Mundial da Mulher, realizado no México, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) na cidade de São Paulo, idealizado por Terezinha Zerbini. A atuação política do movimento espalhou-se pelo Brasil e tinha como objetivo a conscientização da liberdade democrática, das entidades de classe e organizações civis sobre a importância da concessão da anistia aos presos políticos e exilados. Por meio da análise do fundo “Movimento Feminino pela Anistia” que compõe o acervo do Memorial da Anistia Política do Brasil, temos uma vasta documentação e, como objeto do estudo, os cartazes confeccionados pelo movimento. A partir do acervo e das fontes primárias, principalmente através da identidade visual dos cartazes, a intenção é entender o movimento e suas ações, analisar as relações e representações coletivas que mobilizaram a população civil em direção a futura conquista da redemocratização no Brasil. O argumento central deste trabalho consiste na afirmação de que o Movimento Feminino pela Anistia, como participante ativo na campanha pela anistia política, criou a necessidade de ter documento(s) visual(is) como representação da luta pela Anistia. Assim, analisando as ações do movimento, destacamos as denúncias de arbitrariedades cometidas com base nos atos de exceção e o apoio às vítimas do autoritarismo militar na divulgação dos cartazes e ações visuais.

Aspectos gerais e limites da Teoria da Dependência

Prof. Dr. Luiz Fernando da Silva & Gisele Cardoso Costa

A Teoria da Dependência em seus vários matizes discutia a viabilidade e os entraves do desenvolvimento capitalista e das mudanças sociais na América Latina, por meio de uma perspectiva de dependência não somente externa, mas estrutural em relação aos países desenvolvidos. A partir de pressupostos críticos às teorias de modernização dos anos 1950, os temas de desenvolvimento mantiveram-se centrais nas elaborações do dependentismo, porém interpretados sob a ótica histórico-estrutural que procurava apreender as especificidades latino-americanas. Neste trabalho objetivamos abordar desde uma perspectiva marxista algumas diferenças entre os intelectuais das mais variadas vertentes da Teoria da Dependência, suas proximidades, e, sobretudo, seus limites. Para tanto, partimos da concepção de que os homens (intelectuais, políticos, trabalhadores, revolucionários) produzem-se enquanto indivíduos, grupos, partidos e classes, nas relações sociais e na luta de classes estabelecida em cada momento histórico determinado.

Las transformaciones de la educación universitaria argentina en el proceso de creación de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires

María Angélica Corva

En el Río de la Plata la Revolución de Mayo de 1810 inició una década que expandió corrientes derivadas de la Ilustración racionalista, y sus hombres públicos vieron en ella no sólo un cambio de gobierno sino la oportunidad de realizar el pensamiento filosófico en versión republicana. En este contexto entraron en conflicto los proyectos constitucionales que intentaban definir una soberanía rioplatense y las soberanías de las ciudades. La caída del poder central en 1820 disparó el esfuerzo de las provincias por afirmarse como Estados autónomos. En Buenos Aires, la construcción del Estado autónomo provincial comenzó formalmente el 11 de febrero de 1820, cuando el Cabildo asumió el mando de la ciudad y su provincia, y convocó al vecindario a Cabildo abierto. El 16 del mismo mes se formó la Honorable Junta de Representantes, que al día siguiente designó gobernador a Manuel de Sarratea, contando así con su primera Legislatura y su primer ejecutivo provincial. En 1821 fue creada la Universidad de Buenos Aires, y por Edicto de Erección del 9 de agosto, el gobernador Martín Rodríguez instituyó el Departamento de Jurisprudencia, con las cátedras de Derecho y Derecho Natural y de Gentes, con profesores y personal solventados por el gobierno. Los estudios estaban organizados en dos etapas, una académica que se cursaba en la Universidad y de la que se obtenía el título de Doctor en Jurisprudencia, y otra práctica en la Academia de Jurisprudencia (que funcionaba desde 1815), llevando en total unos cinco o seis años. El reemplazo de la Academia Teórico-Práctica de Jurisprudencia por la Cátedra de Procedimientos judiciales en el plan de estudios universitarios en 1872 y la creación de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires, según lo establecido en la Constitución provincial de 1873, no implicó un cambio radical en la enseñanza del derecho, pero inició un movimiento capaz de forjar el escenario en el que se formaron los abogados de la generación de 1910 (nacidos entre 1873 y 1886), quienes renovaron fundamentalmente los estudios jurídicos y crearon el moderno derecho argentino. El texto constitucional otorgó a las facultades científicas la potestad de expedir títulos, abriendo las puertas al principio de la autonomía universitaria. Siguiendo el esquema de las transformaciones de la Universidad moderna, el objetivo de esta ponencia es definir el pasaje de la Universidad de la *Bildung* -entendida como educación activa de autorrealización y de conversión-, a la Universidad de la Especialización -guiada por el *ethos* de la especialización científica, bajo la idea ilustrada de la autonomía del saber y de unidad de la docencia, y de la investigación con un criterio de verdad-. Para ello estudiaremos los proyectos y propuestas previas para modificar o eliminar la Academia y los debates de la Convención Constituyente provincial. Se pondrá especial atención en analizar, a partir de la teoría de la recepción, las influencias de la tradición europea en las universidades argentinas, tomando como caso la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires.

Economia e Sociedade no Interior do Brasil do Século XIX a Partir da Leitura do Romancista Brasileiro Bernardo Guimarães

Márcio Bobik Braga

O presente estudo tem como objetivo analisar as relações econômicas, políticas e sociais no centro-oeste brasileiro durante o século XIX, a partir da leitura de algumas das obras concebidas pelo romancista brasileiro Bernardo Guimarães (1825 – 1884). Conhecido pelo seu livro *A Escrava Isaura*, Bernardo Guimarães produziu mais de 20 textos entre contos, poemas e livros, muitos dos quais contendo descrições sobre a sociedade do interior do Brasil durante o século retrasado. Aqui, escolhemos quatro de suas obras pelo conteúdo regionalista: *O Índio Afonso*, *Uma História de Quilombolas*, *O Ermitão de Muquém*, *Dança com Ossos* e *O Garimpeiro*, todas escritas em torno de 1870. A Partir desses textos, que tem como contexto o período da decadência do ciclo da mineração na região de Minas Gerais e Goiás, é possível perceber as mudanças nas estruturas produtivas em direção à subsistência, incluindo a caça e a pesca, o aumento da pobreza, as condições da escravidão, o comércio da região com outros estados, a violência e as relações de poder em um território pouco conhecido pelos centros dinâmicos do país (as cidades e a região litorânea). A hipótese aqui defendida é a de que esses textos podem servir como fontes primárias para estudos sobre a sociedade do *hinterland* brasileiro no século XIX. O artigo sugere ainda a literatura como método para investigação sobre a história latino-americana.

“La recepción del discurso político por parte de la prensa: Argentina, 1987- 1989”

María Cristina Basombrío

Esta ponencia analiza la compleja relación entre la prensa y la política en la etapa de la transición democrática en la Argentina, concretamente entre los años 1987 y 1989, coyuntura caracterizada por el debilitamiento del liderazgo del presidente Raúl Alfonsín. La doble pregunta que se intenta resolver es qué formas de interpretación de la realidad reflejaron el discurso de la prensa y el discurso político en esos años y si existió entre ellos una “convergencia discursiva”¹. Para ello, desde el punto de vista metodológico se utilizan discursos de Alfonsín, principalmente sus mensajes ante la Asamblea Legislativa de los días 1 de mayo de 1987, 1988 y 1989 y su renuncia anticipada de junio de este último año y las revistas *El Periodista de Buenos Aires*, *El Porteño*, *La Patria Grande* y *Fin de Siglo*. La selección de estas revistas se explica en que en un trabajo anterior se exploraron las mismas y su vinculación con el alfonsinismo en el período comprendido entre 1985 y 1987.² Esta ponencia pretende, por tanto, profundizar ese vínculo hasta el final de la presidencia. Desde el punto de vista teórico, en el abordaje de las fuentes citadas se recurre a herramientas del análisis del discurso.³ Además, se considera que las revistas constituyen un privilegiado espacio para explorar las posiciones político- intelectuales de quienes las dirigieron y de quienes escribieron en ellas.

1 Vasilachis de Gialdino, Irene. *La construcción de representaciones sociales*. Barcelona, Gedisa, 1997, p. 268.

2 Basombrío, María Cristina. “Prensa y discurso político en la Argentina post- dictatorial (1985- 1987)”. *Sociedad y discurso*, Nro. 28, 2015, pp. 26- 49 [en línea]. <https://journals.aau.dk/index.php/sd/article/view/1433>

3 Maingueneau, Dominique. *Introducción a los métodos de análisis del discurso*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1999.

Intelectuais, imprensa e modernização no Brasil: revistas especializadas e jornalismo econômico (1930-1962)

Maria Letícia Corrêa

Os estudos sobre a história da imprensa no Brasil ganharam impulso nos últimos dez anos, a reboque das diversas pesquisas acadêmicas e iniciativas editoriais que, desde 2007, buscaram promover um balanço do bicentenário de sua instituição no período joanino. Desde então vieram à luz obras de síntese que concorrem para formar um amplo panorama da atuação de jornalistas, jornais e redações no país. Tendo em vista esse contexto recente, no campo da história da imprensa, a comunicação pretende inquirir, a partir de um estudo sobre a conformação do campo do jornalismo econômico no Brasil, sobre a visão predominante construída por jornais e revistas especializadas acerca da economia, em sua relação com a política, a sociedade e a cultura, e, também, sobre o problema da dependência ou da independência do jornalismo face ao mundo econômico. Esse esforço implica pôr em causa a possibilidade que têm as redações e os jornalistas de informar “livremente” seus leitores acerca daqueles que financiam os jornais e as diversas mídias – anunciantes, empresários e acionistas –, interrogando sobre sua adesão às crenças e problemáticas econômicas associadas a tais agentes (Duval, 2014). A pesquisa empírica tem por referência o estudo do surgimento de um núcleo pioneiro de jornalistas voltados aos temas econômicos, que atuavam em revistas especializadas, como *O Observador Econômico e Financeiro*, fundada na cidade do Rio de Janeiro em fevereiro de 1936, e também na imprensa diária. Tem destaque, assim, sob a responsabilidade dos mesmos jornalistas, a criação de colunas sobre assuntos econômicos no *Diário de S. Paulo* e no *Correio Paulistano*, e nos cariocas *O Jornal* e o *Correio da Manhã*.

Caminhos da revolução: Rodney Arismendi e as experiências latino-americanas

Mateus Fiorentini / Maria Cristina Cacciamali

O presente artigo está inserido no processo de pesquisa desenvolvido junto ao mestrado do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Seu objeto consiste em analisar as interpretações e elaborações de Rodney Arismendi acerca do que chamava de caminho uruguaio ao socialismo. E, a estratégia de alianças entre classes e frações destas, sob hegemonia dos trabalhadores que impactaram na criação da Frente Ampla como espaço de unidade da esquerda daquele país. O referido autor fora Secretario Geral do Partido Comunista do Uruguai (PCU) e editor da Revista Estudios, periódico teórico da agremiação, entre 1955 e 1989. Ademais, é o recordista de mandatos como deputado nacional: 27 anos consecutivos. No ano de 2016 deu nome ao congresso que comemorou os 45 anos de fundação da Frente Ampla uruguaia, devido as suas contribuições para a construção dessa força política assim como da unidade da esquerda do país. Arismendi defendia que cada povo deve encontrar o seu caminho para chegar ao socialismo, em detrimento da adoção de modelos, debate forte no contexto das décadas de 50 e 60 do século XX, no qual está inserido. Dessa maneira, o debate sobre as vias, métodos e caminhos para se instaurar a sociedade socialista ocupou boa parte das preocupações do uruguaio. Por isso, este trabalho trás reflexões acerca das experiências cubana e chilena a partir do triunfo de Fidel e Allende, respectivamente. Faz-se estas duas referências graças ao peso que as mesmas tiveram nas leituras de Rodney Arismendi, assim como na esquerda latino-americana. Ainda que ambos tenham lançado mão de instrumentos diferentes, o deputado platino atribuía-lhes um sentido histórico comum. Além disso, o artigo abordará o debate desenvolvido por Arismendi sobre a perspectiva do foco guerrilheiro, especialmente a partir da interpretação que faz do Movimento de Libertação Nacional (MLN), Tupamaros. Por outro lado, se apresentará, também, as críticas que o comunista estabelece às visões, esquemáticas segundo afirmava, que defendiam a revolução em duas etapas e a crença no caráter anti-imperialista ou revolucionário da suposta burguesia nacional. Por fim, trataremos do caso uruguaio e a experiência da Frente Ampla inserida no contexto da tática defendida por Arismendi. O dirigente comunista compreendia que a formação da sociedade e da cultura política gerada no Uruguai apontavam para um caminho distinto dos demais para chegar ao socialismo. Este se daria através na aliança entre classes, camadas e frações destas dirigidas pelos trabalhadores unificados em torno de um projeto de mudanças democráticas radicais. Nesse sentido, para Arismendi, a Frente Ampla era a “via real y autentica de aproximación a la revolución” (ARISMENDI, 1971). Para subsidiar este trabalho, ainda, busca-se refletir acerca das noções de classe, experiência e consciência destas, entre outros. Almeja-se, com o estudo do pensamento de Rodney Arismendi, ampliar a gama de análises e experiências que permitam diversificar e aprofundar as interpretações acerca das dinâmicas sociais e políticas que marcam a América Latina.

La revista *El Fogón*.

Una mirada sobre los tiempos fundacionales de las asociaciones criollas rioplatenses (1895-1896)

Matías Emiliano Casas

Esta ponencia analiza la primera publicación tradicionalista del Río de la Plata. En septiembre de 1895 salió a la luz el primer número de *El Fogón*, un “periódico criollo” que se editaba en Montevideo y aparecía mensualmente. La revista estaba vinculada a la asociación gaucha “La Criolla” que había fundado poco tiempo antes el Dr. Elías Regules. Se considera que la agrupación fue pionera en establecer lazos institucionales en la sociedad uruguaya y, también, en generar conexiones con criollistas de otras latitudes. Si bien el semanario contaba con distintas secciones, nos interesa reparar aquí en las noticias, las cartas abiertas, y las reseñas de actividades que evidencian un entramado vincular en gestación. Las identidades nacionales, la patria, la reivindicación del gaucho y la defensa de las tradiciones rurales fueron tópicos que se definieron, y redefinieron, desde las páginas de la revista. Se pretende, entonces, contribuir al estudio de los tiempos fundacionales del criollismo desde la perspectiva de la historia socio-cultural, focalizando más en el asociacionismo en ciernes que en las derivaciones literarias de ese movimiento.

**O idealismo de Lina Bo Bardi na construção da cidade contemporânea:
o MASP como espaço democrático**

Dra Yara Felicidade Reis (FAU-USP) & Ms. Merilyn Escobar de Oliveira (PUC-SP)

A investigação busca abordar o processo histórico, político e social do MASP (Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand) enquanto projeto político, e assim compreender a elaboração da memória coletiva relacionada ao espaço e suas interlocuções na contemporaneidade. Destacamos o papel da arquiteta Lina Bo Bardi, que projetou o museu, no centro do campo da arquitetura do século XX, como representante do modernismo no feminino. Trazemos uma discussão acerca da participação feminina nos grupos de arquitetos modernos no âmbito de um recorte de gênero. Nesse espectro acentuamos a centralidade da obra de Lina Bo Bardi no movimento moderno no período pós-guerra, momento em que questões de gênero e de produção na escola modernista demarcam relações entre arte e política. Entendemos a arquitetura numa dimensão estética e política, que não se configura apenas no interior do museu, mas que dialoga com a cidade e sua paisagem. Direciona-se na e para a comunidade trazendo novas reflexões e formas de ver e sentir o espaço público, na medida em que tais experiências mobilizam sensações, memórias, emoções e toda uma gama de experiências. Selecionamos alguns autores que nos orientam nesta leitura, para um olhar contemporâneo sobre as relações entre arte, política e cidade, dentre eles destacamos duas obras do filósofo Jacques Rancière, *O desentendimento* (1996) e *a Partilha do sensível* (2005), além de ensaios e artigos já consagrados na área de arquitetura e urbanismo sobre a função social do arquiteto, texto de Joao Vilanova Artigas (1989), sobre os objetivos e aspectos sócio-políticos da arquitetura moderna “brutalista” na cidade de São Paulo. Ademais, textos e trabalhos sobre a arquitetura e a posição idealista adotada pela arquiteta Lina Bo Bardi. As manifestações estéticas e políticas nascem dentro deste projeto comum, de convívio na cidade de experiências culturais, artísticas e políticas. O MASP une experiências, projetos e horizontes dissonantes. Num primeiro momento abriga um sofisticado acervo de arte para um público apreciador de cultura erudita e ao mesmo tempo acolhe as manifestações oriundas da comunidade. O MASP assinala nesta interpretação dois pólos que longe de serem antagônicos, inventam o convívio da arte da galeria, da arte erudita, com intervenções, brechas, fissuras e ruídos próprios do convívio com a vida urbana, e isto tem a ver com criação daquilo que caracteriza a cultura cívica de um povo, de um tipo de cultura. É neste ponto que localizamos a originalidade e autenticidade do museu para a vocação democrática, e nesta perspectiva, encontra-se também a relevância científica de nossa investigação, de olhar e interpretar o museu, seu conjunto arquitetônico e seu programa de arte, como algo que ultrapassa os limites da galeria e envolve a comunidade. Na prática o vão livre do museu enquanto espaço aberto ao público transcende o espaço do museu na sua forma galeria de artes.

ECONOMIAS DO BRASIL E DO PARAGUAI NOS PERÍODOS COLONIAL E INDEPENDENTE: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Milena Magalhães Oliveira & Prof. Dr. Amaury Patrick Gremaud

Ao realizar uma análise sobre os diferentes processos históricos da América Latina, nota-se que por inúmeras vezes cai-se na armadilha do lugar comum ao tentar homogeneizar momentos distintos vivenciados por cada país latino-americano. O primeiro equívoco pode acontecer no momento em que se afirma que a colonização da América Latina ocorreu de maneira uniforme por produto da colonização europeia. Ao analisar sob essa perspectiva, desprezam-se as particularidades de cada processo e as tipologias de cada colônia. Esse equívoco pode voltar a ocorrer em diversas fases, como nos processos de independência dos países latino-americanos. Este artigo propõe essa busca ao olhar as peculiaridades da evolução em cada país, especificamente entre Brasil e Paraguai. O objetivo deste estudo é analisar as diferenças entre os dois países na fase colonial e no imediato pós-independência. No primeiro momento, este artigo discorre acerca da economia paraguaia durante o período colonial, atentando-se ao comércio interno e externo e citando os principais produtos da pauta comercial dessa colônia espanhola. Em seguida, será abordado o período seguinte à independência paraguaia sob a concepção econômica. Posteriormente, a economia do Brasil Colônia torna-se o foco da análise ao apresentar as atividades econômicas predominantes em cada região brasileira. Logo após, um panorama econômico e comercial a respeito do Brasil Independente será apresentado. Por fim, uma análise comparativa entre os períodos em questão é realizada ressaltando as particularidades entre os dois países e se chama atenção para o risco de cair no lugar comum quando, ao ignorar as singularidades de cada país, tratar a América Latina de maneira uniforme no tocante aos processos históricos.

PROPRIEDADES, PRODUTOS E RECURSOS NATURAIS: a primeira Exposição Nacional da Indústria organizada no Império do Brasil, em 1861

Mônica de Souza Nunes Martins

O artigo faz parte de um conjunto de reflexões acerca da inserção brasileira nas Exposições Universais do século XIX, grandes vitrines da modernidade no século XIX e propagadoras do conhecimento e das inovações. Essas exposições representaram um amálgama entre as riquezas naturais exibidas, a produção científica, as invenções técnicas e o desenvolvimento tecnológico das nações e regiões do mundo envolvidas. Vista em sua dimensão nacional, a participação brasileira nos eventos internacionais do século XIX foi marcada pelo mapeamento, identificação e seleção dos produtos, das riquezas naturais, melhorias técnicas e invenções enviadas pelas diversas províncias e apresentadas em exposições realizadas na Corte, precedendo os eventos internacionais. Para cada uma das exposições foram produzidos catálogos e outros documentos que registraram a diversidade do que era exibido nas Exposições Nacionais, as premiações geravam estímulo e a seleção indicava os interesses do governo, de produtores e empresários naquilo que deveria ser divulgado exterior. O objetivo aqui é, de forma mais precisa, analisar a 1ª Exposição Nacional da Indústria, realizada em 1861, como preparatória para a participação do Brasil na grande Exposição de Londres, em 1862. Neste sentido, buscamos articular a discussão bibliográfica pertinente ao tema, as contribuições de pesquisas recentes e a análise de fontes vistas a partir dos interesses econômicos, políticos e diplomáticos do país nessa participação, bem como os complexos debates que envolveram a participação brasileira nesses grandes eventos mundiais.

El monumento esperado, la representación escultórica de Antonio José de Sucre para Quito

Nataly Andrea Cáceres Santacruz

La presente investigación forma parte del proyecto de tesis doctoral que actualmente se está desarrollando y se denomina como *“La construcción de la Nación ecuatoriana con las esculturas monumentales de 1890 a 1950”*, en la cual, se toma en consideración la incidencia de los monumentos en el ideario patriótico de la sociedad ecuatoriana republicana. Para este estudio, se ha seleccionado la representación hecha en bronce del Mariscal de Ayacucho Antonio José de Sucre que se encuentra ubicada en la Plaza de Santo Domingo de la ciudad de Quito; trabajo artístico que fue levantado en el año de 1892, es decir, 62 años después de la declaración de la Independencia del Ecuador. La escultura del héroe de la Batalla de Pichincha fue, durante el siglo XIX, una de las obras más esperadas de aquel tiempo. Por situaciones de carácter político la realización de esta representación se tornó en un aletargado proceso, en el que se demostró –principalmente– el ejercicio del poder de los gobernantes sobre las manifestaciones artísticas que fueron consideradas la carta de presentación de la Nación Moderna. La construcción e inauguración de esta estatua permite una explicación relacionada con el pensamiento nacional oficialista, que se vincula con la idea de la apropiación del personaje con fines políticos por medio de un monumento que simboliza el poder. Cabe mencionar que la escultura en bronce del Mariscal fue la primera en ser levantada en Quito, y estuvo sujeta a la censura puesto que se verificaron aspectos como las propuestas, los modelos –retratos elaborados por artistas ecuatorianos– y la selección del tema del conjunto escultórico, lo cual, permite suponer que la imagen realizada respondió a la obligación política de representar a Sucre, y resultó en una efigie alejada de las aspiraciones e ideales románticos relacionados con la figura del héroe. Entonces, en este sentido, el documento recoge las diferentes propuestas que se plantearon para materializar la estatua como también las reacciones de la ciudadanía una vez levantado el monumento y la percepción de algunos escritores que se refieren al valor patriótico nacional que se eleva ante la personificación del cumanense. De modo que, se intenta plantear por un lado, la importancia que tuvieron las esculturas hechas en bronce como un medio masivo de comunicación estratégico que tuvieron las autoridades para construir el pensamiento de Nación; y por otro lado, los parámetros estéticos y artísticos que se consideraron en la elaboración de esta obra que es de carácter público y que de algún modo incidió en el imaginario social del colectivo.

La Revista de Buenos Aires (1863-1871): construcción y ocaso de un proyecto cultural decimonónico

Nicolás Arenas Deleón

En mayo de 1863, los intelectuales argentinos Vicente G. Quesada (1830-1913) y Miguel Navarro Viola (1830-1890) –en colaboración con el editor e impresor uruguayo Carlos Casavalle (1826-1902)– inauguraron la publicación de *La Revista de Buenos Aires. Historia Americana, literatura y derecho. Periódico destinado a la República Argentina, Oriental del Uruguay y del Paraguay*, uno de los proyectos editoriales más longevos dentro del panorama cultural bonaerense decimonónico. Espacio de interacción –en clave dialógica y/o dialéctica– de destacados hombres de letras argentinos y extranjeros, el impreso intentó “llenar un vacío” en el ámbito cultural rioplatense, declarándose heredero de similares emprendimientos (ej.: la *Revista del Pacífico* y la *Revista de Lima*) y con la clara finalidad de avanzar, en lo posible, hacia la formación y desarrollo de una “república de las letras” de alcances transnacionales a escala continental. A partir de ello, el abordaje propuesto pretende el análisis de esta revista cultural (Auza: 1999) en tanto soporte material, práctica social y espacio de sociabilidad (Pita González: 2014), lo que permitirá comprender cabalmente los procesos de edición y producción de la publicación, así como examinar las lógicas de su contenido. Así, nuestro trabajo estudiará el origen de la publicación y el lugar de la misma dentro del espacio editorial porteño; el itinerario de sus editores; así como las dinámicas de sus flujos colaborativos y las causas de su desaparición en abril de 1871. Este recorrido a través de las “geografías culturales” de la revista (Sarló: 1992) dejará en evidencia las distancias existentes entre las propuestas programáticas del soporte y la realidad a que se enfrentó (diversos intereses del público lector, diferencias ideológicas entre los autores, dificultades económicas, etc.). A la vez, observará cuáles fueron las estrategias utilizadas por la publicación y sus actores para forjar el ansiado proyecto de un mercado transnacional de circulación del conocimiento y solidaridad intelectual, para el que la revista fue una herramienta esencial.

Transformaciones y políticas sociales entre el siglo XIX y XX: mortalidad infantil en Santiago (1860-1914)

Pablo Sebastián Chávez Zúñiga

En esta investigación se exploran las características de la mortalidad infantil en Santiago durante la segunda mitad del siglo XIX y los inicios del siglo XX, mostrando cifras aterradoras. La metodología aplicada disecciona el fenómeno reconociendo tres ámbitos derivados: cultural, político-institucional y médico-científico. Cada uno de ellos construye una problemática y las propuestas para abordarlos. El desarrollo del trabajo sostiene una panorámica de las visiones que se construyeron hacia el pueblo desde las elites, la política y la medicina; la despreocupación de las autoridades por encontrar soluciones; una legislación que tuvo escasa aplicación; el contexto material y un conocimiento sobre la salud de los niños que se encontraba en ciernes.

**Tres ensayos sobre la violencia de la conquista:
Ricardo Rojas, Ezequiel Martínez Estrada y Octavio Paz**

Pablo Martínez Gramuglia

El ensayo, como género literario siempre olvidado frente a la omnipresencia de la ficción, implica un intento concreto y subjetivo de desentrañar el mundo desde una creación estética que no rehúye sino que busca la incomodidad en la referencia metafórica, la alusión, el esquema arbitrario. En esta ponencia, proponemos una lectura transversal de tres ensayos fundadores de una tradición de indagación particular, separados por aproximadamente veinte años cada uno, en los que la violencia de la Conquista española aparece como una de las claves explicativas de las sociedades americanas, pensadas sin embargo en su particularidad argentina o mexicana. En efecto, en *Blasón de Plata* (1910), de Ricardo Rojas, *Radiografía de la pampa* (1933), de Ezequiel Martínez Estrada, y *El laberinto de la soledad* (1950), de Octavio Paz, la representación de una violencia originaria de América (violencia que es violación sexual, destrucción cultural y sometimiento de la naturaleza de modo simultáneo) permite explicar ciertas características del ser argentino o mexicano. Leer los tres textos en ese cruce, amén de las obvias diferencias entre uno y otro, posibilita también explorar los límites de un pensar(se) argentino o mexicano en el marco de una fatal condición americana. Si para Rojas esa violencia determina la apertura al mundo de lo vital, entendida como expresión de la fuerza de una nueva raza mestiza naciente, para Martínez Estrada y para Paz va a crear un “trauma nacional” de humillación que condiciona el despliegue histórico y la realidad presente de cada pueblo.

Javier Prado y El Racismo Científico Peruano (1894-1921)

Paul Juan Montoya Vasquez

Javier Prado y Ugarteche (1871-1971) fue un intelectual y estadista peruano en destaque hacia las últimas décadas del siglo XIX y comienzos del XX. Reconocido particularmente por ser uno de los principales introductores de las tesis del positivismo espenceriano y, con este, del discurso darwinista social en el Perú de fines del XIX. Particularmente por una famosa conferencia que dicta el año 1894 en la Universidad de San Marcos, varias veces reeditada después en formato de libro. La propuesta de mi ponencia es realizar un ejercicio de *contextualización* (textual e intertextual) del discurso de Prado, con el objeto de intentar comprender, dentro de su contexto de producción y difusión, este discurso y su posterior recepción. Y de esa forma insertarlo en un *lenguaje* más amplio que caracterizó parte importante de los discursos y debates de la última década del siglo XIX peruano: la difusión del racismo científico. Este discurso, pronunciado en 1894, ha sido considerado por la tradicional historia de las ideas en el Perú como una pieza clásica del racismo científico local. Junto con este, toda la producción de este intelectual-estadista y la de parte importante de su grupo generacional (positivistas peruanos). Pero en no pocas ocasiones es referido o citado a partir de sus afirmaciones más radicales o incómodas para valorar o descalificar al autor junto con el discurso positivista. Esta operación, siendo válida, también supone entre otras cosas retirar este texto de su contexto de producción, para realizar análisis básicamente textuales, e «incómodas». Mi propuesta es realizar un esfuerzo por devolver el *acto de habla* de Prado al contexto en que producido y difundido. Realizando un análisis de los textos contemporáneos con los que el discurso pradio intenta dialogar, las críticas y, en general, la recepción que tuvo 'en su momento' tanto a partir de otros textos o discursos, como en la prensa de la época, por ejemplo.

Recepção da Escola Nova no Brasil na obra da psicóloga e educadora Helena Antipoff – o aprender fazendo, o conhecimento da criança, o respeito aos direitos humanos

Regina Helena de Freitas Campos

O movimento da Escola Nova (Éducation Nouvelle, em francês, New Education, em inglês), iniciado a partir do final do século 19 como uma reação à rigidez das práticas educativas tradicionais, reuniu educadores interessados em sugerir formas de adaptar a escola que então se universalizava às necessidades das crianças, então objeto dos estudos das ciências da educação, em especial da psicologia educacional, e em promover a formação especializada de professores para suas novas funções, incorporando em suas práticas os métodos ativos. Um dos núcleos mais importantes de difusão dessas ideias foi o Instituto Jean Jacques Rousseau, escola de ciências da educação fundada em Genebra, Suíça, em 1912, pelo médico Édouard Claparède (1873-1940) e um grupo de intelectuais e educadores. Também a Universidade de Columbia, em Nova Iorque (EUA), onde o filósofo John Dewey (1859-1952) lecionou, foi um importante centro de difusão das ideias escolanovistas. No Brasil, essas ideias foram apropriadas por educadores, médicos e intelectuais a partir do início do século 20, e se disseminaram sobretudo nos anos de 1920, com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924. Os participantes da ABE promoveram reformas de ensino em diversos estados brasileiros. Uma das reformas mais relevantes ocorreu em Minas Gerais, entre 1927 e 1928. Pretendia-se ampliar e modernizar o sistema estadual de ensino público. Para isso, uma missão de estudos foi enviada à Universidade de Columbia. Também foram convidados educadores europeus a lecionar na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, instalada em 1929 visando transmitir as novas ideias e práticas educativas, a serem implantadas nas escolas. O ensino de Psicologia Educacional e a direção do Laboratório de Psicologia dessa escola foi atribuído a educadores europeus convidados. O Laboratório foi instalado em 1929 pelo médico e psicólogo francês Théodore Simon (1873-1961), um dos inventores dos testes de inteligência. A seguir dirigiram o Laboratório os psicólogos russos Léon Walther (1889-1963), em 1929, e Helena Antipoff (1892-1974), que chegou ao Brasil em 1929 e aqui permaneceu por toda a vida. A obra de Antipoff tornou-se um importante capítulo da recepção da Escola Nova entre nós. Russa de nascimento, a psicóloga estagiou no Laboratório Binet-Simon em 1911, em Paris, e estudou pedagogia e psicologia no Instituto Rousseau (1912-1914), tendo posteriormente se tornado assistente de Claparède, entre 1926 e 1929. No Brasil, buscou adaptar os ideais escolanovistas no ensino de psicologia para educadores, realizou pesquisas sobre os escolares e as escolas locais, ao longo dos anos de 1930, e posteriormente como fundadora da cadeira de psicologia educacional na Universidade de Minas Gerais (atual UFMG). Como educadora atuou na fundação de instituições para a educação de excepcionais vinculadas à Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (1932) e posteriormente à Sociedade Pestalozzi do Brasil (Rio de Janeiro, 1945), e na educação rural. Seu trabalho tornou-se um exemplo de apropriação bem informada dos ideais escolanovistas: o uso da pesquisa e dos métodos ativos no ensino, a profissionalização de psicólogos e educadores, o aprender fazendo, valorizando a experiência prática, a educação para a democracia, o respeito aos direitos humanos.

A PROBLEMÁTICA DA AUTONOMIA E DA HETERONOMIA BRASILEIRA E LATINO-AMERICANA A PARTIR DE MANOEL BOMFIM E OLIVEIRA LIMA

Renata Baldin Maciel & Prof. Dr. Carlos Henrique Armani

O objetivo desse artigo é verificar algumas concepções que envolvem a autonomia nacional e latino-americana nas obras de intelectuais brasileiros do final do século XIX e início do século XX. Ao analisar as obras *A América Latina: males de origem*, do político, historiador, médico e educador Manoel Bomfim, escrita em 1903 e publicada no Brasil em 1905, bem como as obras *Nos Estados Unidos: impressões políticas e sociais* (escritos de 1896 a 1899 publicados na *Revista Brasileira* e no *Jornal do Comércio*) e *Pan-Americanismo: Monroe – Bolívar – Roosevelt* (1907) ambas do escritor, embaixador e professor Manuel de Oliveira Lima, entende-se que as concepções desses autores expressavam o quadro de “desorientação” da geração de *Fin-de-siècle* brasileira ao mesmo tempo em que buscaram encontrar novas respostas para as *questões perenes*. Estas são entendidas por Franklin Baumer (1990) como questões que o homem levanta, mais ou menos continuamente, através de todas as gerações e de todas as épocas, tais como, Deus, a Natureza, o Homem, a Sociedade e a História. Os intelectuais brasileiros do *Fin-de-siècle* realizaram inúmeros questionamentos em relação à nação, ou seja, preocuparam-se em buscar respostas para sua sociedade frente ao mundo que estavam vivenciando, um mundo carregado de mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, que implicava uma crise valorativa e uma ressignificação da própria história do Brasil. A sociedade apresentava-se enquanto questão perene no quadro de mudanças históricas providas a partir do advento da República (1889) no Brasil e da crescente hegemonia dos Estados Unidos na América Latina. Manoel Bomfim e Oliveira Lima apresentaram respostas diferentes a esse novo tempo vivido por eles, oscilando entre, de um lado, o que podemos chamar de *autonomia efetiva* e *autonomia potencial* da nação; de outro, a ausência da autonomia que dava lugar à heteronomia nacional. Pode-se dizer que na narrativa de Manoel Bomfim e de Oliveira Lima a “balança” oscilava muito mais entre a *autonomia potencial* da nação e a heteronomia, com predomínio dessa última. Em resumo, pode-se elencar alguns temas que serão abordados ao longo do artigo, a saber: o conceito de autonomia e de heteronomia; a visão dos autores em relação ao presente turbulento e ao passado constitutivo da América e, em especial, do Brasil; suas concepções sobre o futuro nacional, ou seja, sobre os elementos que compuseram o horizonte de expectativa da nação capaz de colocá-la na condição de progresso e de civilização no devir e, por fim, os modelos de civilização elencados para os latino-americanos e seus agentes sintetizadores, com destaque para os Estados Unidos e para Europa.

“Ruptura o continuidad: la construcción de la identidad mexicana en las historias nacionales de Lorenzo de Zavala y Luis Gonzaga Cuevas”

Ricardo Ledesma Alonso

La crítica ha caracterizado al *Ensayo histórico de las revoluciones de México* (1831) de Lorenzo de Zavala y al *Porvenir de México* (1851-1858) de Luis Gonzaga Cuevas como ejemplares típicos de las respectivas posturas liberal y conservadora de la historia de México. Este artículo pretende, no obstante, demostrar que las obras mencionadas, más que típicas, ameritan ser tenidas por las soluciones más radicales que se dieron a uno de los principales problemas enfrentados por la sociedad mexicana durante sus primeras décadas de vida independiente: la construcción de la identidad nacional. Aquí se afirma que, mientras Zavala concibió la identidad mexicana a partir del concepto de ruptura absoluta respecto al pasado colonial, Cuevas defendió la tesis de la continuidad orgánica entre ambas. En primer lugar, argumento que diferentes circunstancias socio-políticas e ideológicas encaminaron a estos autores a sus correspondientes actitudes de ruptura y continuidad en relación al pasado novohispano. En segundo lugar, examino cómo cada uno de ellos enfrentó el problema historiográfico del comienzo de la historia de México. Finalmente, describo las presuposiciones ontológicas implicadas por la estructura que cada historiador confirió a la identidad nacional –el ser mexicano inédito de Zavala frente al ser heredado de Cuevas. Este artículo pretende alentar la discusión acerca del papel de los conceptos de ruptura y continuidad en la historiografía nacionalista latinoamericana del siglo XIX.

**La modernización lingüística de Bolivia:
Política lingüística y la reemergencia de las lenguas originarias**

Rita Cancino

Durante los últimos 20 años el interés por las comunidades y tradiciones indígenas ha aumentado considerablemente en toda América Latina y entre otras cosas se ha manifestado en la elaboración de políticas lingüísticas nacionales y la declaración de lenguas oficiales, incluyéndose en estas algunas de las lenguas originarias. La reemergencia de las lenguas indígenas de Bolivia forma parte de este proceso. Otros países latinoamericanos siguen llevando una política lingüística monolingüe del español como por ejemplo Chile. Las lenguas indígenas habladas actualmente en Bolivia corresponden en gran medida a los procesos de colonización. El Imperio Incaico garantizó de algún modo el mantenimiento de la diversidad lingüística en los primeros años de la colonización. La monarquía española promovió el uso de las lenguas indígenas mayores (quechua y aymara) con fines de evangelización. Desde la segunda mitad del siglo XVIII se dio un cambio radical en la política cultural y lingüística imperial, tendiendo al exterminio de las expresiones culturales propias, entre ellas las lenguas. El español fue introducido por los conquistadores y es la lengua hablada por las tres cuartas partes de la población. Después viene el quechua (legado de los incas) que como lengua materna ocupa el primer lugar de las lenguas originarias habladas en Bolivia. En tercer lugar viene el aymara, anterior a la civilización inca. La nueva Constitución del Estado boliviano de 2009 se refiere a Bolivia como el Estado Plurinacional de Bolivia. Cuando Evo Morales asumió la Presidencia en Bolivia en 2006, la vida política en general y también la política lingüística cambio radicalmente. En el Artículo 5 de la Constitución, la Política del Estado reconoce oficialmente a 36 idiomas como lenguas oficiales. A partir de ese momento, Bolivia se fundó en el pluralismo lingüístico y en virtud del cual las leyes y el ordenamiento jurídico reconocen como oficiales a los idiomas que existen en su territorio. Además de los idiomas antes mencionados existen por lo menos entre unas 44 y 54 lenguas nativas y extranjeras (según diferentes fuentes) y 127 dialectos adicionales hablados por pequeños grupos tribales repartidos por todo el territorio boliviano. En 2012, el 2 de agosto, el Presidente Morales confirmó y extendió los derechos de las lenguas indígenas con la promulgación de la Ley General de Derechos y Políticas Lingüísticas (Ley N° 269). De este modo, igualó a casi todos los idiomas que se hablan en el territorio del país y la Plurinacionalidad llega a todos los rincones del Estado, desde el reconocimiento de las lenguas indígenas junto con el español a los órganos legislativos, judiciales o constitucionales. Con el concepto de plurinacionalidad se introdujo la descolonización y la modernización lingüística del país. En esta ponencia me gustaría discutir la importancia de la política lingüística de Bolivia con respecto a la diversidad cultural del país y cómo se manifiesta.

Cara y cruz de las relaciones económicas internacionales ecuatorianas con Alemania: 1950-1951

Rocío Roser Jácome

Este trabajo se sitúa en el marco de la segunda posguerra. Revisará el contexto histórico a través de los antecedentes generales y los específicos mediante el testimonio de un cónsul ecuatoriano en Bremen. En el desarrollo del trabajo se procurará responder a la pregunta ¿Cómo fueron las relaciones comerciales internacionales del Ecuador con Alemania entre 1950-1951? Se vislumbrarán aspectos políticos, económicos y diplomáticos basados en la correspondencia oficial y las comunicaciones reservadas del cónsul ecuatoriano Fernando Chávez, dirigidas al Ministro de Relaciones Exteriores Neptalí Ponce. Sus cartas tratan sobre las posibilidades de la venta de insumos ecuatorianos en los mercados alemanes, de las perspectivas de los negocios ecuatorianos y de los negociadores extranjeros; de la compra de herramientas y maquinaria alemana, ello, en el marco del programa latinoamericano de sustitución de las importaciones, a la par, las relaciones de la banca alemana y ecuatoriana, como también, los riesgos de los negocios internacionales con Alemania y sus negociadores en el territorio nacional.

CONFRATERNIDADES LITERARIAS HISPANOAMERICANAS EN PARÍS A INICIOS DEL SIGLO XX

Rogelio de la Mora

El presente trabajo se propone describir y analizar el contexto tanto cultural como intelectual en el que surge y se desarrolla uno de los momentos claves en la historia de la creación literaria hispanoamericana, que tiene como escenario la capital francesa, desde el fin de la primera guerra mundial hasta finales de la década de 1920. De manera particular, el interés está enfocado en la figura del poeta, crítico literario, ensayista y escritor chileno Francisco Contreras Valenzuela (1877-1933), modernista, amigo cercano de Rubén Darío y creador del movimiento mundonovista, quien por más de 20 años permanece al frente de la columna Letras hispanoamericanas de la revista literaria *Mercure de France*, una de las publicaciones de mayor prestigio en Francia y sin duda de Europa. Es a través de esta sección que se estructura en gran parte la vida intelectual hispanoamericana en la “capital de las capitales”. La casa del poeta se convierte en el centro de reunión de hombres de letras, artistas y representantes diplomáticos destacados, tales como José Vasconcelos, Alfonso Reyes, Manuel Ugarte, Díaz Canedo, Alcides Arguedas y Gabriela Mistral, así como Paul Léautaud, Georges Duhamel y Paul Lefort, entre otros, a lo largo de la década de 1920. Asimismo, con base en documentos poco trabajados, se proyectará luz sobre el itinerario de la artista cubista y traductora francesa Andrée Alphonse, esposa de Francisco Contreras, enfatizando el papel por ella desempeñado en Letras hispanoamericanas y en el seno de esta comunidad, pero también en otros salones literarios parisinos en los que tenía presencia. En función de sus trayectorias y de sus afinidades, se tratará de comprender las continuidades y las rupturas de este singular círculo heterogéneo de hispanoamericanos residiendo de manera permanente o provisional en París.

Estrategias historiográficas en historia intelectual y cultural desde la digitalidad postinternética en México

Rómulo Pardo Urías

El trabajo busca ahondar en la perspectiva historiográfica mexicana sobre historia cultural e intelectual, realizando una valoración dimensional de estrategias de lectura, fuentes, modelos, tradiciones y demás variantes historiográficas, que atañen a estos subcampos. Retomando la reflexión de Cardoso (2000) el trabajo propone, a modo de estrategias, el anclaje historiográfico de la historia intelectual y de las mentalidades, los intercambios disciplinares entre las ciencias humanas y sociales, la historia y el estructuralismo de la segunda mitad del siglo XX, hasta desembocar en el giro lingüístico y cultural en el estudio del hombre en el tiempo, rescatado por diversos autores (Burke, 2007; Ríos Saloma 2009; Cancino, 2015) y el fin del siglo XX y la crisis de los modelos interpretativos "canonizantes" (Cancino, 2015), con la colocación de la historiografía intelectual y cultural como modalidades derivadas de dicha crisis. Finalmente se abordará una perspectiva historiográfica mexicana, tomando, en principio, el recorrido que establece Verónica Zárate (2015), pero considerando, a su vez, dos trabajos relevantes para la tradición de la historia de las mentalidades en México (1979, 1983) con trabajos del Instituto Nacional de Antropología e Historia, colocando, finalmente, los elementos para hablar de una radiografía viva de la historiografía intelectual y cultural al finalizar el siglo XX, vigente en nuestro presente digital y postinternético.

**La recepción de la pedagogía soviética en Latinoamérica:
Antón Makarenko en el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (Brasil)**

Sara Lua González Forster

A principios del siglo XX surgían y se desarrollaban una gran cantidad de debates pedagógicos latinoamericanos desde la perspectiva socialista que vinculaban la educación y el trabajo. Desde Julio Antonio Mella en Cuba, José Vasconcelos, Narciso Bassols, los maestros rurales en México, la Reforma Universitaria en Argentina, Jesualdo Sosa en Uruguay, José Carlos Mariátegui en Perú, las escuelas de Warisata en Bolivia... Todas estas distintas propuestas, en momentos y contextos diversos buscaban desde la teoría-práctica una vinculación entre la educación y el trabajo con el objetivo de la formación de la nueva sociedad, de corte socialista. Para ello, partiendo primero de las ideas socialistas de Karl Marx y Friedrich Engels, en dichas experiencias también tuvieron una importante recepción las ideas pedagógicas rusas de autores como Anatoli Lunacharski, Nazedha Krupskaja, Moisey Pistrak y Antón Makarenko. Teniendo en cuenta dicha recepción es llamativo que 100 años después de la revolución rusa, dichos autores, continúen siendo fundamentales en las prácticas político-pedagógicas del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en Brasil. Dicho movimiento ha adquirido matices de muchas otras corrientes pedagógicas y pensadores latinoamericanos, especialmente de Paulo Freire. Pero es fundamental destacar la recepción desde sus inicios en los años 80 de los autores rusos, especialmente de Moisey Pistrak y Antón Makarenko. Como establece Adriana Puiggrós, "reconocer a la educación como práctica productora de sentidos múltiples y diversos obliga a dar cuenta de sus vinculaciones con otras prácticas sociales, analizar lo pedagógico en relación con sus condiciones de producción y a reconocer el carácter múltiple de esas condiciones" (Puiggrós 2016: 18)¹. La educación debe ser entendida dentro de un contexto histórico social y tomando en cuenta las condiciones de producción, y por lo tanto no reducir lo educativo a sólo un aspecto pedagógico, ni tampoco sólo al ámbito económico, político o ideológico. Partiendo del contexto histórico de producción de las ideas pedagógicas latinoamericanas desde perspectivas socialistas, esta ponencia se centrará en la recepción y reelaboración de las ideas educativas soviéticas de Antón Makarenko en la práctica político-pedagógica del MST. La característica principal del pensamiento de Antón Makarenko es la escuela como colectividad, que se potencia en el trabajo, a través de granjas y talleres productivos. Además, Makarenko primaba la disciplina y la auto-organización del alumnado respecto al trabajo y a la toma de decisiones y resolución de conflictos. Postulaba que dicha forma de organizarse beneficiaba tanto al colectivo como al desarrollo individual de cada alumno. Formará parte de dicha ponencia mostrar que la recepción de las ideas educativas de Makarenko y de otros pedagogos soviéticos constituyen una aporte teórico fundamental en el MST, a la vez que analizar de qué manera éstas ideas son reelaboradas desde la práctica educativo-política de la Educación de Campo de las escuelas del MST.

¹ Adriana Puiggrós (2016) *La educación popular en América Latina. Orígenes, polémicas y perspectivas*, Buenos Aires: Colihue.

Un préstamo mutuo a largo plazo. Teología y derecho en la biblioteca franciscana de Córdoba (1701-1822)

Benito Moya, Silvano Gabriel Antonio

Víctor Tau Anzoátegui, un destacado estudioso del derecho indiano, sostiene que tres órdenes normativos regulaban la sociedad hispanoindiana: la religión, la moral y el derecho. No se concebía el derecho como organizador, ordenador, moderador, sin la relación con la Divinidad, a través de los estudios teológicos. Por eso, en ese conocimiento dominante que construyeron las elites criollas, en un proceso de retroalimentación centro- periferia, metrópoli- colonias, que buscaba la normativa y regulación de la vida en sociedad, no se puede soslayar el pensamiento teológico en su vertiente moral y canónica. La teología estuvo muy unida al derecho natural y positivo, cada uno con su ámbito específico aunque, a veces, sea difícil desentrañar cuál tuvo mayor influencia sobre el otro, pues en la praxis se mostraron mutuamente engarzados. Las reformas borbónicas, si bien introdujeron una visión más racionalista en las ideas preceptivas de organización política y social de los reinos, no por ello perdieron el fundamento de las cosas en el orden divino de la creación, solo viraron su política hacia otros pilares de su accionar, sostenidos por otras corrientes de teólogos, pero de ninguna manera puede pensarse que la jurisprudencia se liberó de su vertiente religiosa. Los movimientos emancipadores del siglo XIX, hoy estudiados desde múltiples enfoques, también tomaron mucho del Antiguo Régimen, en el derecho y en la teología moral, mostrados ahora, con un nuevo maquillaje que reelaboraba, readaptaba y refraccionaba, en aparentes contradicciones, un orden socio- jurídico en plena construcción en contextos de transición, en el que una cultura se estaba formando con elementos nuevos y viejos. Este marco explica la existencia de libros de derecho -no solo canónico- civil, penal, comercial, marítimo, entre otros, en bibliotecas conventuales, y de libros teológicos -especialmente de tinte moral-, en bibliotecas de funcionarios regios, no clérigos. En trabajos anteriores, presentados y publicados en los libros electrónicos que surgen de estos encuentros del Grupo de Trabajo de la AHILA, hemos abordado distintos aspectos de la biblioteca del convento franciscano de Córdoba, que han permitido arrojar luz sobre el pensamiento tradicional y las influencias ilustradas, a través de libros filosóficos y de ciencia. Ahora nos proponemos estudiar el contenido jurídico, emparentado con el de la teología moral, de esta segunda biblioteca más importante de la ciudad, después de la de los jesuitas. ¿Qué hacían estos libros en sus anaqueles? ¿Qué enfoques y líneas jurídico- teológicas comportaban? ¿Qué utilidades podían ofrecerle al convento? Las fuentes serán básicamente tres inventarios patrimoniales, confeccionados en 1726, 1815 y 1822 que se han descubierto. Si bien, desde el núcleo se tendió a una centralización del conocimiento, relacionada con la centralización del poder, no se puede negar que el casuismo de la realidad americana influyó la preceptiva general de la metrópoli, que se alimentó, a su vez, de la de otros dominios de la Monarquía, para los cuales se debió legislar específicamente. Ya el siglo XIX planteó otros desafíos en la nueva conformación de los estados independientes.

Sensibilidades transnacionais: decadência e ruína na cultura intelectual brasileira na Primeira República

Prof. Dr. Thiago Lenine Tito Tolentino

Nesta comunicação irei abordar algumas temáticas e questões desenvolvidas na tese de doutorado “Do ceticismo aos extremos: cultura intelectual brasileira nos escritos de Tristão de Athayde (1916-1928)” [2016]. Especialmente, trataremos da circulação de uma série de produções intelectuais que manifestavam uma mudança radical de visão acerca dos rumos da história do ocidente e suas adjacências. Neste sentido, o conceito de cultura intelectual mostrou-se operacional no cruzamento de representações variadas em diversos tipos de impressos, especialmente jornais e revistas, acionando produções que contemplavam desde questões relacionadas à história do pensamento político, da produção literária, da crítica de arte, aos debates acerca do comportamento feminino, da moda, das confissões religiosas e de movimentos sociais e políticos que emergiam tanto no Brasil quanto no exterior. A temática da decadência e ruína, assim como várias outras, pode ser tomada como parte de processos internacionais, sendo possível rastrear a circulação tanto de impressos, quanto de agentes que participavam da caracterização da cultura intelectual. Neste sentido, para além do vasto material disponível nos jornais e revistas da época, o estudo das bibliotecas privadas, como a de Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima) permite a verificação deste complexo processo de circulação de impressos, recepção e crítica de obras oriundas de diferentes países e escritas em variadas línguas. O conceito de cultura intelectual permite tanto o diálogo com perspectivas tradicionais da história intelectual e dos intelectuais (biografias e trajetórias, pensamento político, econômico e literário, sociabilidades etc.), quanto a possibilidade de se pesquisar temáticas menos visitadas, como a história da moda, dos *fait divers*, dos imaginários acerca da infância, da cidade, do esporte etc. O conceito de cultura intelectual relaciona-se diretamente com a história das sensibilidades e procura, dessa forma, produzir uma compreensão histórica que tente precisar os modos de ser e estar dos homens do passado, acionando uma série de produções simbólicas que nos auxilia na recomposição de tais vivências. O tema da decadência e da ruína compõe a cultura intelectual brasileira, especialmente a partir da década de 1920, dando a dimensão sensível dos acontecimentos da Grande Guerra. Percebe-se que toda uma série de visões de mundo consagradas no século XIX em torno do racionalismo, republicanismo, liberalismo, democracia e, principalmente, o progresso, passa a ser questionada a partir de diferentes perspectivas, produções e agentes. Tal virada terá repercussões culturais, políticas e sociais as mais variadas, destacando-se, no interior da cultura intelectual brasileira, o abandono da crença nos valores liberais, a aceitação da revolução como horizonte não só possível, mas necessário, a valoração da ação em detrimento das disposições moderadas e reflexivas.

**Crise das cidades, agricultura urbana e ativismo:
experiências de São Paulo nos séculos XX e XXI**

Vítor Amancio Borges Ferreira & Júlio César Suzuki

Resumo: As cidades têm desempenhado, especificamente nos séculos XX e XXI, um papel importante para a reprodução do sistema capitalista. A urbanização tem sido utilizada como uma ferramenta para solucionar os problemas de excedente de capital e de desemprego, problemas que são demasiadamente acentuados em períodos de crise econômica, como as vivenciadas no século XX e a crise econômica mundial de meados de 2008. As cidades, portanto, passam a ser planejadas pelo capital financeiro, pelo capital empresarial e por um aparato estatal sob a ótica da manutenção de um sistema que frequentemente colapsa. Este processo tem consequências práticas e destrutivas nas cidades, que perdem muito de suas qualidades e que, ainda, perdem de vista os ideais de cidadania e de uma política urbana efetiva e coerente. É no contexto da crise das cidades, porém, que surgem diversos movimentos de busca por alternativas urbanas para a construção de outra cidade, movimentos geralmente de base ativista. Uma das práticas sociais oriundas deste momento é a agricultura urbana e periurbana (AUP), que tem se difundido no espaço das cidades e que dialoga com a crescente insatisfação urbana decorrida do modelo capitalista das cidades. Sendo assim, o presente trabalho visa compreender o significado do movimento de agricultura urbana e periurbana de base ativista como resposta à crise das cidades dos séculos XX e XXI, tendo como base o caso da cidade de São Paulo. Para a consecução do objetivo proposto, utilizamos, como fontes primárias, as entrevistas e questionários realizados com os atores envolvidos com a agricultura urbana e periurbana de São Paulo, além de um material fotográfico colhido nas investigações de campo. Como fontes secundárias, utilizamos dados e estatísticas de órgãos governamentais ou não, legislações federais e municipais e obras de referência, que foram a base do debate teórico deste trabalho. Destacamos as contribuições teóricas de David Harvey, Júlio César Suzuki, Vincent Berdoulay e Gustavo Nagib. Como resultados, destacamos que a agricultura urbana e periurbana de base ativista se caracteriza como um movimento que vai muito além de seu significado produtivo, configurando-se como uma resposta à crise das cidades, como uma retomada na busca do direito à cidade e como um movimento que emerge de pequenos grupos, ações e indivíduos. Além disso, o caso da agricultura urbana e periurbana em São Paulo possui um grande significado para toda a América Latina e, especialmente, para suas grandes metrópoles, com princípios norteadores que podem ser aplicados na busca e na construção de outra sociabilidade urbana e de outro modo de vida nas nossas cidades.

Uma alternativa epistemológica à interpretação de Paulo Freire no Brasil

Vítor Hugo dos Reis Costa

Trata-se de analisar, interpretar e pensar aspectos epistemológicos do ensino e da aprendizagem a partir das ideias de Ronai Rocha presentes em sua obra *Quando Ninguém Educa*. Sustentando que toda a recepção da *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire no Brasil está calcada numa espécie de interpretação distraída, Rocha mapeia algumas consequências epistemológicas e institucionais de tal interpretação, não sem oferecer algumas propostas na direção de reorientar as práticas pedagógicas em suas implementações e em sua própria autocompreensão. Sem ser uma crítica direta ao pensamento de Paulo Freire, Rocha se posiciona em um horizonte de revisão das prioridades da prática pedagógica. Assim, o presente trabalho se organiza em três momentos. O primeiro consiste em uma breve reconstrução da reflexão de Rocha acerca dessa recepção e Freire por ele identificada e descrita em *Quando Ninguém Educa*. No segundo momento, se trata de pensar as relações de ensino-aprendizagem dentro do contexto da universidade brasileira. Em um terceiro e último momento, as ideias de Rocha serão mobilizadas para a reflexão acerca de uma seara específica, a saber, o ensino de filosofia e suas relações com o currículo escolar no contexto brasileiro e latinoamericano.

**A arquitetura e as deposições simbólicas na antiga rua da Praia, em Belém:
novas nomenclaturas, novos poderes.**

Yara Felicidade de Souza Reis

Envolvendo aterros sobre a baía do Guajará, na cidade de Belém, a renovação da antiga rua da Praia, depois rua da Imperatriz e rua da Boa vista (atual 15 de novembro) de inspiração pombalina (século XVIII) tem início em fins do século XIX, quanto a antiga faixa urbana é ampliada avançando sobre às margens da baía. O novo trecho denominado Rua do Imperador vai, alguns anos mais tarde, em busca de uma eficiência logística portuária e, enquanto representação mental, inspira-se na Paris de Haussmann, assumindo o nome de Boulevard da República. Esses já são novos tempos. Não mais o Brasil colonial, mas republicano. Na passagem para o século XX, momento de afirmação da República, há manifestação de uma nova racionalidade que orienta a intenção de fazer de Belém uma cidade moderna. Já não se trata da mesma razão iluminista que ali patrocinara a intervenção urbanística pombalina no século XVIII. Há sim, uma forte razão para que se tentasse obscurecer pelo menos em parte o passado colonial da cidade. A rua da Praia é o cenário onde ocorrerá a deposição dos poderes políticos em questão. Um novo cenário se impõe. A área do cais de Belém – hoje com os prédios de armazéns modernizados e adaptados para fins de lazer e turismo – foi seguramente um ponto referencial das reformas urbanas tanto de Pombal (1750-1777), como de Antônio Lemos, um século e meio mais tarde. Os investimentos executados em fins do período colonial tinham pelo menos um ponto em comum com os que foram elaborados no início da República Velha: o quadro urbano do porto esteve entre as preocupações destes governos e sua fachada foi sendo construída juntamente com as obras que lhe davam melhorias infra estruturais indicando um movimento em direção a novos parâmetros de urbanidade com características modernas. A intenção desta comunicação **é colocar em evidência este espaço**, evocando memórias e conflitos na trajetória de sua formação e que, através da arquitetura e das novas nomenclaturas, demonstram a força dos poderes envolvidos na construção de cenários que os representam.